

Cartografia da Memória do Ceará

Fatos Históricos e Lugares de Memória
do Ceará (Século XVI - 1978)



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

© 2025 SEDIH - Secretaria dos Direitos Humanos
Todos os direitos reservados.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a prévia autorização por escrito do editor, exceto em casos de breves citações incorporadas em resenhas críticas e certos outros usos não comerciais permitidos pela lei de direitos autorais.

Sede da Secretaria dos Direitos Humanos
Rua da Assunção, 1100 - José Bonifácio
Fortaleza, CE.
CEP: 60050-011.

www.direitoshumanos.ce.gov.br

EXPEDIENTE

Elmano de Freitas da Costa
Governador do Estado

Jade Afonso Romero
Vice-governadora

Maria do Perpétuo Socorro França pinto
Secretária dos Direitos Humanos

Marianne Gondim Lima
Secretaria Executiva dos Direitos Humanos da SEDIH

Ana Lúcia Aragão Alves
Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna da SEDIH

Fernanda Maria de Abreu Cunha
Coordenadora de Políticas Públicas de Direitos Humanos da SEDIH

Gabriela Santana Guimarães Vieira
Assessoria de Comunicação

Lúcia Rodrigues Alencar Lima
Orientadora da Célula de Relações Institucionais, Articulação e Acompanhamento das Políticas Públicas dos Direitos Humanos

EQUIPE TÉCNICA:

Organização e coordenação:
Lúcia Rodrigues Alencar Lima

Apoio de pesquisa:
Edmilson Alves Maia Júnior

Auxiliar de pesquisa:
João Paulo Ramos de Oliveira

Revisão de edição:
Yanakeiv de Lima Farias

Capa e diagramação:
Christiano de Oliveira Bezerra - COMART DIGITAL

Execução:
Movimento de Valorização da Mulher - MOVAMUS

Cartografia da Memória

Memória e Verdade em Prol da Democracia

Por Socorro França

Memória e verdade são conceitos distintos, porém profundamente complementares.

A memória guarda ideias, experiências e vivências; a verdade, por sua vez, refere-se ao que está em consonância com os fatos e com a realidade.

Quando unidas, memória e verdade tornam-se ferramentas fundamentais para preservar a história e impedir que os erros do passado se repitam.

É com esse propósito que apresentamos a Cartografia da Memória, uma iniciativa que reúne, em linha do tempo, marcos significativos da trajetória do Ceará: dos campos de concentração das secas à ditadura militar.

O projeto teve início em 2016 no Gabinete do Governador.

Mais do que uma publicação, a Cartografia da Memória é um instrumento de educação e conscientização coletiva, voltado ao fortalecimento da democracia.

Falar sobre os períodos de hostilidade da nossa história recente é reconhecer sua existência, refletir sobre suas consequências e reafirmar o compromisso de não repeti-los.

Ao priorizar a memória e a verdade como políticas públicas, reafirmamos a importância de narrar esses acontecimentos às novas gerações, garantindo que não se percam no esquecimento e que contribuam para formar cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o futuro do Brasil.

Cartografia

A Cartografia do Ceará nasce com o propósito de reunir episódios que marcaram a nossa história e que não devem ser esquecidos. Além de um registro histórico, é um instrumento de conscientização e um convite à reflexão sobre práticas de violência, exclusão e desigualdades que, infelizmente, ainda ecoam em nossa sociedade.

A memória coletiva é um patrimônio que precisamos preservar. Precisamos dessa memória para compreender o nosso presente e construir um futuro mais justo. Isso é uma lembrança viva de que os direitos humanos são conquistas que vieram de grandes lutas coletivas.

A Cartografia do Ceará percorre momentos marcantes da nossa história, entre eles, a Marcha do Pirambu, quando moradores de uma comunidade periférica se uniram em busca de dignidade e melhores condições de vida. Traz, também, a repressão da ditadura civil-militar no Ceará; A recordação dos campos de concentração dos retirantes, que expõe na seca de 1932; Além da trajetória dos negros e negras, marcada por resistência contra a escravidão e o racismo, e o extermínio dos povos indígenas, vítimas da violência colonial no século XVII.

Este material foi elaborado não apenas como fonte de pesquisa, mas como um convite à reflexão e ao despertar da consciência coletiva. Que cada pessoa, ao mergulhar nestas páginas, sinta-se instigada a reconhecer a importância da dignidade humana e do respeito à diversidade.

Que a Cartografia do Ceará inspire a preservação da nossa memória e alimente a esperança em um futuro pautado pela solidariedade, pela igualdade e pelo respeito aos direitos humanos. Quem não conhece sua história tende a repetir os erros do passado.

Deputada Estadual Lia Gomes

Secretária das Mulheres do Estado do Ceará

Prefácio

Cartografia da Memória dos Direitos Humanos no Ceará

Así, entonces, educar para que estos acontecimientos no se repitan, educar para el «nunca más», no implica solamente detenerse en la condena moral de los crímenes cometidos, sino interrogar el pasado desde el presente; construir preguntas y ensayar respuestas sobre aspectos éticos, políticos, históricos y afectivos, buscando potenciar la reflexión y el juicio crítico, y proporcionar herramientas para la toma de decisiones responsables basadas en el respeto de los derechos humanos para la construcción de una sociedad democrática¹

Na busca em se estabelecer uma política pública estadual de memória que contemplasse as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, em 2016, foram celebrados no Ceará, dois significativos atos políticos de memória, verdade e resistência, importantes condições para fortalecer, legitimar, e institucionalizar a política, (Decreto Nº 32.113, de 23 de dezembro de 2016) e no rastreio da nossa V Conferência Estadual dos Direitos Humanos conquistamos a inclusão do Artigo 18 – Diretriz 3 no Plano Estadual de Direitos Humanos, onde prever o fortalecimento da Memória, Verdade e Justiça pela implementação de diversas ações programáticas. Plano atualizado e definitivamente publicado em 2024. (Lei Nº 18.690, de 16 de janeiro de 2024).

O Grupo de Trabalho previsto no decreto iniciou suas atividades ainda em 2017, após calendário eleitoral previsto dos membros da sociedade civil para composição do Grupo de trabalho Memória e Verdade do Estado do Ceará, tendo em sua coordenação representando o Gabinete do Governador, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos. Por meio de articulações interinstitucional, a Coordenadoria dos Direitos Humanos, hoje na

Secretaria dos Direitos Humanos do Ceará, vem ao longo desses anos implementando e consolidando ações educativas em Memória, Verdade e Direitos Humanos na perspectiva de consolidar a política estadual.

Então, este projeto é fruto das demandas apresentadas pelo Grupo de Trabalho Memória e Verdade do Governo do Estado do Ceará – instituído em 2016 com formulações acerca de políticas de memória e direitos humanos:

1 GÓMEZ GIUSTO, Cristina. EDUCAR EL «NUNCA MAS». 2º Edición. P. 139-140. Buenos Aires, Argentina: Latingráfica, 2017.

Art.1º. Fica instituído o Grupo de Trabalho Memória e Verdade com o objetivo de estabelecer uma política estadual de memória que preserve o legado das lutas populares e da memória das violações de direitos humanos ocorridas ao longo da formação histórica do Estado do Ceará, atuando, também, no resgate da verdade e da memória histórica dos cearenses que se opuseram à Ditadura Civil-Militar de 1964.²

A partir da Cartografia da memória do Ceará, espera-se:

Disponibilizar para as escolas da rede pública, universidades públicas do estado do Ceará e interessados no tema, a cartografia do legado das lutas populares e da memória das violações de direitos humanos ocorridas ao longo da formação histórica do Estado do Ceará. Objetiva propor uma política estadual de memória que preserve o legado das lutas populares e da memória das violações de direitos humanos ocorridas ao longo da formação do estado do Ceará, atuando também no resgate da verdade e da memória histórica dos cearenses que se opuseram à Ditadura Civil Militar de 1964.

Com o trabalho cartográfico, a SPS busca promover estudos e pesquisas sobre a história cearense, preservar o legado das lutas populares e fortalecer a memória das graves violações de direitos humanos ao longo da formação do Estado, nos séculos XIX e XX.³

Nas escolhas dos lugares de memória para cada temática utilizamos a orientação e fundamentação legal dos Princípios sobre Políticas Públicas de Memória nas Américas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA:

*São espaços para recuperar, repensar e transmitir certos fatos traumáticos do passado e podem funcionar como suportes ou propagadores de memória coletiva. São lugares que buscam transformar certas marcas a fim de evocar memórias e torná-las inteligíveis ao situá-las no contexto de um relato mais amplo.*⁴

Daí porque apresentamos lugares defensores de justiça de transição e de políticas de memória contra violações, articulando e expondo mobilizações nessa contenda. Descrevemos vários lugares de memória para impulsionar o conhecimento, alertando sobre as violações e a importância da manutenção e criação de espaços rememorativos:

*Lugares de Memória que são todos aqueles lugares que resultem significativos para uma comunidade e que permitem impulsionar processos de construção de memórias vinculadas a determinados eventos traumáticos ou dolorosos.*⁵

2 Diário Oficial do Estado, Série 3, Ano VIII, Nº 244, Fortaleza, 27 de dezembro de 2016.

3 <https://www.ceara.gov.br/2021/08/06/cartografia-da-memoria-que-tracar-mapas-lutas-populares-do-estado/>.

4 Princípios Fundamentais para as Políticas Públicas em matéria de Lugares da Memória. 2012.

Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/Documento/Details/59>.

A Cartografia, feita em parceria com a ONG Movimento de Valorização da mulher – MOVAMUS, evoca políticas e ações de memória continuadas e diz respeito ao mapeamento de lugares e memória, objetivando e incentivando a elaboração das vivências de políticas de memória sobre acontecimentos brutais, citados aqui ou não. No segundo momento, também se propõe este nosso repositório ser alimentado com as pesquisas científicas de estudantes das universidades públicas do Estado do Ceará.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Lúcia Rodrigues Alencar Lima

Orientadora da Célula de Relações Institucionais e Articulação Regional dos Direitos Humanos

ÍNDICE

<i>Apresentação.....</i>	<i>4-5</i>
<i>Prefácio.....</i>	<i>6-9</i>
<i>Capítulo 1 – Extermínio dos Povos Indígenas e Implantação da Empresa Colonial: Século XVII.....</i>	<i>11</i>
<i>Capítulo 2 – História dos Negros e Negras no Ceará.....</i>	<i>14</i>
<i>Capítulo 3 – Confederação do Equador.....</i>	<i>17</i>
<i>Capítulo 4 – As Missões do Padre Ibiapina no Ceará.....</i>	<i>27</i>
<i>Capítulo 5 – Marcha das Crianças: Governo de Nogueira Accioly.....</i>	<i>31</i>
<i>Capítulo 6 – Sedição de Juazeiro.....</i>	<i>38</i>
<i>Capítulo 7 – Campos de Concentração dos Retirantes (1915-1932).....</i>	<i>43</i>
<i>Capítulo 8 – Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.....</i>	<i>48</i>
<i>Capítulo 9 – Leprosaria Canafístula.....</i>	<i>53</i>
<i>Capítulo 10 – Marcha do Pirambu (1962).....</i>	<i>58</i>
<i>Capítulo 11 – Conflitos de Terra no Sertão dos Inhamuns (1960-1970).....</i>	<i>61</i>
<i>Capítulo 12 – Ditadura Civil-Militar no Ceará (1964-1985).....</i>	<i>69</i>
<i>Capítulo 13 – Chacina Japuara: Conflito de Terras – Canindé.....</i>	<i>77</i>
<i>Capítulo 14 – Favela José Bastos: Ocupação e Luta (1978).....</i>	<i>81</i>
<i>Referências Bibliográficas.....</i>	<i>86-99</i>

CAPÍTULO 1

EXTERMÍNIO DOS POVOS INDÍGENAS E IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA COLONIAL: SÉCULO XVII

A história da violação dos direitos humanos contra os povos indígenas, no Estado do Ceará, começou com a implantação do projeto colonial das potências mercantilistas europeias, nos séculos XVI ao XIX.

As 75 etnias indígenas que habitavam no estado, sofreram as consequências da estruturação progressiva do sistema colonizador, processo marcado por momentos de embates e rupturas. Por meio de ações de retomadas, as nações indígenas buscaram sua sobrevivência física e cultural.

No início do século XVII, o sistema colonial ocorreu em diversas etapas e ciclos, a partir das atividades econômicas e da acumulação de posses.

O primeiro genocídio indígena aconteceu em decorrência da chegada dos estrangeiros em busca de riquezas, poder e expansão da fé cristã. A criação do Forte São Sebastião, em 1612, construído onde, atualmente, é o bairro Barra do Ceará, representou o símbolo dessa empreitada.

Outra medida de implantação do sistema colonial, foi a construção de um novo Forte, chamado Schoonenborch, por ocasião da chegada dos holandeses, erguido em 1649, e, posteriormente, após a expulsão dos invasores holandeses pelos colonizadores portugueses, transformado no Forte de Nossa Senhora da Assunção, onde funciona, atualmente, a 10ª Região Militar do Exército Brasileiro. Uma fortaleza reconstruída pela coroa portuguesa, que na época colonial apontou os canhões contra os povos originários, perseguidos pelas diferentes perspectivas na conquista pelas terras e bens.

Por consequência da chegada dos europeus, as etnias indígenas sofreram com as epidemias de doenças como, sarampo, varíola, gripe, em razão da falta de conhecimento e imunidade dos povos originários contra tais enfermidades, situação agravada pela instalação da pecuária a partir da segunda metade do século XVII e por todo o século XVIII.

O massacre contínuo contra os indígenas durante a expansão, nomeada pelos colonizadores como a “Guerra dos Bárbaros” ou Confederação dos Cariris, foi a luta dos povos originários em várias regiões do Nordeste, nos meados do século XVII até as primeiras duas décadas do século XVIII. Lutaram contra os colonos que invadiram e os expulsaram das suas terras.

No Ceará, o algodão ganhou destaque a partir de 1800, como principal motivo para expropriar o máximo de indígenas e criar mais mão de obra barata nas novas plantações. Os indígenas foram desalojados das suas terras e transformados em camponeses pobres sem-terra, suscetíveis a exploração.

A promulgação da Lei de Terras, em 1850, primeira legislação sobre a propriedade de terras no país, estabelecendo a compra como única forma de adquirir terras, dificultando para os indígenas acesso aos terrenos.

A historiografia tradicional do final do século XIX endossou a sentença da eliminação dos povos originários, uma vez que estes representavam “sintomas do atraso” para o “tempo do progresso”.

A Federação dos Povos Indígenas do Ceará – FEPOINCE, formada por uma população com cerca de 36 (trinta e seis) mil pessoas é composta por comunidades: Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Karão, Kariri, Pitaguary,

Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuia e Tupinambá.

O mapa, abaixo, mostra a localidade das comunidades onde os povos indígenas residem no Estado do Ceará:



<https://cartografia.comartdigital.com/localidades>

Os povos originários com as suas dinâmicas identitárias de luta e sobrevivência, reforçam as políticas de memória buscando conhecimento sobre as etnias presentes no estado e o significado das suas práticas culturais.

Os lugares de memória das comunidades indígenas do Ceará, evidenciam a importância da interação com outro modo de vida e outras identidades narrativas. Compreender essas culturas é reconhecer seu protagonismo, seu universo cultural, entendendo como defenderam seus territórios bem como quais estratégias utilizaram para a sua sobrevivência física e simbólica.

A política de memória reforça a importância dos povos indígenas com seus cultos ancestrais, as dinâmicas de vivências com simbolismos e cosmogonias no embate dos valores externos aos seus mundos.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA DOS NEGROS E NEGRAS NO CEARÁ

A violação dos direitos humanos da população negra, no Estado do Ceará, remete a uma história de violências físicas, emocionais e morais sofridas durante o período da escravidão. Uma vida de privação e silenciamento desses povos como protagonistas de suas próprias histórias, principalmente os oriundos de Congo-Angola, no continente africano.

O estudo da história dos negros no estado baseia-se na compreensão dos embates contra a invisibilidade, na efetivação da luta pelos direitos humanos e o combate contra a negação da sua presença, em razão de existir, na época, a ideia de pouca presença da mão de obra escravizada.

A escravidão restringiu o acesso a direitos fundamentais ocasionados por vivências complexas de desumanização, apagando as possibilidades de construção das suas próprias histórias e experiências. A máquina mercante do tráfico negreiro transportou mais de 10 (dez) milhões de africanos para as Américas.

O silenciamento de homens e mulheres, de origem africana, remete a violências físicas e simbólicas sofridas que marcaram seu passado, por isso, torna-se relevante a desconstrução da ideia de que ser negro equivale a ser escravo.

A atividade da pecuária foi responsável, inicialmente, pela maior colonização das terras cearenses utilizando a mão de obra dos negros para fins de exploração. No século XIX, ocorreram processos intensos sobre políticas de exclusão na tentativa de manutenção das relações de segregação contra os povos negros que almejavam sua liberdade e direitos.

A partir da metade do século XIX, o tráfico interprovincial retirou a mão de obra escrava e dizimou a presença afro-brasileira no estado, ocasionando a luta pela permanência e convívio com as famílias em comunidades negras ou como agregados. O Ceará foi um espaço privilegiado no enfrentamento para além da escravidão, do racismo e na busca pela liberdade.

Novas normas legais recaíram negativamente na luta dos negros, impedindo sua autonomia. Houve manifestações culturais, sociais e religiosas, refletindo e construindo a liberdade, na intenção de reconstruir suas identidades como as Irmandades de Nossa Senhora dos Homens Pretos, pelo estado; a Igreja do Rosário, em Fortaleza; o maracatu e outras festas realizadas na capital e no interior do Ceará, nas cidades de Sobral, Icó, Aracati e Quixeramobim.

Ocorreram inúmeras influências referentes à ancestralidade e tradições dos povos africanos, apesar da tentativa das elites intelectuais e políticas de negar as experiências negras, sua resistência e os caminhos abertos a ferro e fogo. No esforço para silenciar as relações de exploração, o racismo e autonomia durante conquistada, sofreram diversas violações dos direitos humanos.

A narrativa de apropriação do protagonismo negro, no caso do Chico da Matilde, conhecido como o Dragão do Mar, um jangadeiro respeitado pela luta abolicionista contra a venda interna de escravos, ao liderar uma greve e se recusar a transportar cativos para o tráfico interprovincial. O mito da “Terra da Luz” construído pela elite letrada sobre a jornada civilizacional, uma narrativa constantemente reforçada em contextos de memórias, como em 1933 e em 1983.

Na imagem da “Terra da Luz”, os escravos estavam livres pela “bondade branca”, porém a libertação não condizia com a realidade dos problemas da nova ordem e eram, ainda,

submetidos a intensas desigualdades, além de formas de trabalhos brutais. Os negros eram tratados como sinônimo de escravos e seres invisíveis.

Os lugares de memória da história dos negros no Ceará são: os monumentos da abolição e as comunidades quilombolas. As comunidades quilombolas resistiram diante das forças compulsórias em situações de silenciamento e retiradas de terras. Essas comunidades teceram sentidos comunitários do uso da água, da mata, em uma história de enfrentamento das condições de exploração, em especial, entre os séculos XIX e XX, momento da consolidação do capitalismo republicano, considerado elitista, controlador da mão de obra livre, reprodutor de preconceitos e segregações.

Eles defenderam suas terras e suas memórias para que não fossem esquecidas, existindo uma autogestão respeitada como princípio de ensino e aprendizagem para compreender os direitos humanos como construção coletiva e participativa.

As comunidades quilombolas no Ceará são lugares de memória e representam espaços de luta contra o liberalismo escravocrata, a passagem discriminatória e racista para o chamado trabalho livre sem as devidas compensações. Em 2022, 70 (setenta) comunidades foram localizadas, sendo 42 (quarenta e duas) certificadas pela Fundação Palmares, nos seguintes municípios: Tururu, Porteiras, Horizonte, Crateús, Aquiraz, Pacajus, Coreaú/Moraújo, Quiterianópolis, Tamboril, Tauá, Croata, Araripe, Novo Oriente, Quixadá, Ocara, Baturité, Ipueiras, Salitre, Aracati.

Este capítulo é dedicado às políticas da memória dos direitos humanos do povo negro no Estado do Ceará.

<https://cartografia.comartdigital.com/localidades>

MAPA: Localização das Comunidades Quilombolas no Ceará.

CAPÍTULO 3

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR: DECLARAÇÃO DA REPÚBLICA NO CEARÁ

A Confederação do Equador ocorreu, em 1824, no nordeste brasileiro e se caracterizou como um movimento revolucionário que almejava a independência da região e lutava contra o autoritarismo de Dom Pedro I.

O Ceará aderiu a causa em defesa do republicanismo e da criação da federação. Os embates eram contra a centralização de poder, seja diante da Corte Portuguesa, no Rio de Janeiro ou em desavenças contra o primeiro governante do Império brasileiro. Essas rebeliões aconteceram em decorrência dos projetos destoantes do Império e seus laços com a Corte.

Os movimentos entre as elites dirigentes e as classes subalternas, contribuíram para a instabilidade política e institucional.

O desejo de ruptura com os interesses portugueses, ocorreu na tentativa do sistema político para a construção de soberanias e Estados Nacionais alternativos. A revolução foi derrotada pelas forças do governo imperial, lideradas por Dom Pedro I. O Ceará voltou a integrar o Império, porém o movimento fez parte da história do estado.

A oposição foi disciplinada pela prisão dos rebeldes e realizada pelo poder central. Os líderes da rebelião não queriam ceder ao reino tirano.

A metrópole era composta por famílias privilegiadas e grupos políticos ilustrados, que estavam receosos com a possibilidade de perder o poder colonial e forçaram o recrutamento das classes subordinadas que não romperam com a escravidão.

As camadas populares também se envolveram, de acordo com as suas premissas, adequando às circunstâncias de suas demandas. Bem como, alguns grupos dirigentes oscilaram entre apoiar as rebeliões ou não, enquanto outros se adequaram com mais facilidade, defendendo, seja a Corte, em 1817, ou Dom Pedro I, em 1824, apostando nesses poderes para manter as suas posses escapavam da doutrinação da nova ordem da Corte, todos deveriam obedecê-la a todo custo, caso contrário, haveria punições exemplares e severas, sem nenhuma tolerância aos insurgentes contra a Coroa.

Bárbara de Alencar, considerada uma das principais líderes da rebelião, foi aprisionada em Fortaleza. A cidade tornava-se o centro do poder contra as oligarquias regionais e construíram a Cadeia do Crime, o Campo de Pólvora e o Forte Nossa Senhora de Assunção.

A Metrópole portuguesa utilizava os maus-tratos como teatralização da brutalidade e do pavor. Realizava demonstrações de poder, no intuito de que Pernambuco e seus possíveis apoiadores entendessem que insubordinações não seriam toleradas ou ameaças ao núcleo de poder.

A partir de 1820, os denominados “Alencares” receberam anistia pela corte em Portugal, devido o contexto de maior liberalismo lusitano e após o cumprimento de parte da pena. Bárbara de Alencar foi embora, sem condições políticas de permanecer no Crato e morreu, em 1832, na localidade de Fronteiras, Piauí. O seu corpo foi transportado para a Igreja do Rosário em Itaguá, distrito de Campos Sales.

A influência dela nos fatos, estimulou uma nova rebelião com a participação dos seus parentes. Dessa vez, a revolta ocorreu com mais força e articulação, em 1824, na Confederação do Equador, agora contra o herdeiro do trono, Dom Pedro I.

Nesse contexto, sem a Corte Metropolitana Portuguesa nos

trópicos, surgiram outros protagonistas no novo motim: os envolvidos na luta contra 1817 e os vencedores das batalhas locais por independências, em 1823, no Piauí, Maranhão, Pernambuco e Ceará. Diversas “guerras de independência” ocorriam no país para além do 7 de setembro de Dom Pedro I.

Outras independências apresentavam interesse contínuo nas reivindicações do norte diante do sul e a centralização na montagem da máquina institucional do novo país, agindo contra Dom Pedro I e a constituição outorgada. O monarca queria controlar a independência com o apoio de grupos dirigentes preocupados com certas rebeliões e fissuras nos seus poderes.

O que era dúvida em 1817, tornou-se certeza em 1822-1823. Era previsível o futuro gerenciado pelos mecanismos que permitiam as mãos do imperador e das províncias do sul, impondo as novas condições, mesmo mantendo os privilégios das elites do “Norte” e controlando as camadas populares dominadas ou ameaçadas.

No entanto, muitos dos mais abastados do “Norte” defenderam um paradigma liberal mais revolucionário, como também, maior autonomia no futuro.

Essas revoltas retrataram a tensão interna, presente desde as vilas até uma reconfiguração do estado nacional, quando cidades, estados e regiões, perderam o domínio e outras ganharam. No Ceará, a cidade de Fortaleza, foi se consolidando como capital do estado, em detrimento de outras localidades como Aracati, fato que demonstrou o controle das elites regionais pelo poder monárquico, por meio do centro administrativo.

A autonomia do Ceará foi conquistada em 1799, momento que marcou a desagregação com a capitania de Pernambuco. O

objetivo para a realização da independência, era conquistar maior comércio em Fortaleza e as suas conexões com o Jaguaribe.

Os movimentos que partiram do estado evidenciaram os interesses particulares republicanos e liberais que mudavam, dependendo da conjuntura e dos projetos que negociavam com a nova situação político-administrativa do país.

Em 1817, aconteceu a rebelião oriunda de Pernambuco, pelas razões a seguir: perda do prestígio de Pernambuco; impostos para a burocracia no Rio de Janeiro; maiores obrigações para o sustento da Corte da metrópole instalada nas terras coloniais desde 1808. O contexto era complexo no território imperialista e escravocrata europeu, localizado entre renovações despóticas e projetos liberais, ambas com pretensões monopolistas e dominadoras das colônias conquistadas à força.

No caso de Recife, o liberalismo procurava cada vez mais a liberdade, principalmente, em relação aos interesses metropolitanos. O Seminário de Olinda influenciou os setores cearenses, trazendo o que chamavam de luz ao pensamento de uma república para além da Corte.

Para as lutas do “Norte” era preocupante uma possível recolonização, a partir da capital, especialmente, quando a corte retornasse à Europa. Não era interessante uma nova forma de Governo que decidisse manter os privilégios adquiridos pela estrutura administrativa do “Sul”, o que de fato aconteceu entre 1822-1824 e ocasionou a Confederação do Equador. Os ideais republicanos e confederativos das futuras províncias do “Norte” enxergavam outros horizontes nas primeiras décadas do século XIX.

A Revolução Pernambucana, de 1817, teve pretensões de liberação próprias e singulares em sua época, que promoveram

marcas e indicavam tensões abertas.

Pretensões que enxergavam uma Colônia que parecia com os dias contados, entretanto, o isolamento da Confederação facilitou a derrota, uma vez que teve pouca adesão de outras capitanias. Além das divisões internas e da forte repressão aos líderes que não combatiam a escravidão.

No caso da capitania do Ceará, a adesão da revolta de 1817 ficou concentrada na região do Cariri e contou com o apoio de José Martiniano de Alencar e da sua mãe, Bárbara de Alencar. Bárbara de Alencar, nasceu em Exu/PE, era viúva, latifundiária, comerciante, uma mulher à frente das forças sociais da época. A matriarca tinha interesse na defesa do ideário liberal de Pernambuco, como forma de proteger a sua família e os negócios, que após a chegada da Corte, perderam prestígio. Dessa forma, ela decidiu agir por conta própria e aderiu aos interesses republicanos contrários a Metrópole portuguesa. Ela uniu forças com seus familiares e pessoas dos círculos mais próximos, mas não conquistaram o apoio fora da vila do Crato.

O Capitão-mor de Cariri, Pereira Filgueiras, não os apoiou, o que facilitou a prisão dos apoiadores. Foram encarcerados na cadeia de Icó e depois transferidos para Fortaleza, momento que sofreram violações dos direitos humanos, atitude característica do repertório repressivo do Antigo Regime.

Realizaram torturas, execução pública, rasparam o cabelo dos rebeldes, expropriaram bens.

Os atos revelavam que, mesmo aqueles pertencentes as elites, não escapavam da doutrinação da nova ordem da Corte, todos deveriam obedecê-la a todo custo, caso contrário, haveria punições exemplares e severas, sem nenhuma tolerância aos insurgentes contra a Coroa.

Bárbara de Alencar, considerada uma das principais líderes da rebelião, foi aprisionada em Fortaleza. A cidade tornava-se o centro do poder contra as oligarquias regionais e construíram a Cadeia do Crime, o Campo de Pólvora e o Forte Nossa Senhora de Assunção.

A Metrópole portuguesa utilizava os maus-tratos como teatralização da brutalidade e do pavor. Realizava demonstrações de poder, no intuito de que Pernambuco e seus possíveis apoiadores entendessem que insubordinações não seriam toleradas ou ameaças ao núcleo de poder.

A partir de 1820, os denominados “Alencares” receberam anistia pela corte em Portugal, devido o contexto de maior liberalismo lusitano e após o cumprimento de parte da pena. Bárbara de Alencar foi embora, sem condições políticas de permanecer no Crato e morreu, em 1832, na localidade de Fronteiras, Piauí. O seu corpo foi transportado para a Igreja do Rosário em Itaguá, distrito de Campos Sales.

A influência dela nos fatos, estimulou uma nova rebelião com a participação dos seus parentes. Dessa vez, a revolta ocorreu com mais força e articulação, em 1824, na Confederação do Equador, agora contra o herdeiro do trono, Dom Pedro I.

Nesse contexto, sem a Corte Metropolitana Portuguesa nos trópicos, surgiram outros protagonistas no novo motim: os envolvidos na luta contra 1817 e os vencedores das batalhas locais por independências, em 1823, no Piauí, Maranhão, Pernambuco e Ceará. Diversas “guerras de independência” ocorriam no país para além do 7 de setembro de Dom Pedro I.

Outras independências apresentavam interesse contínuo nas reivindicações do norte diante do sul e a centralização na montagem da máquina institucional do novo país, agindo contra Dom Pedro I e a constituição outorgada. O monarca

queria controlar a independência com o apoio de grupos dirigentes preocupados com certas rebeliões e fissuras nos seus poderes.

O que era dúvida em 1817, tornou-se certeza em 1822-1823. Era previsível o futuro gerenciado pelos mecanismos que permitiam as mãos do imperador e das províncias do sul, impondo as novas condições, mesmo mantendo os privilégios das elites do “Norte” e controlando as camadas populares dominadas ou ameaçadas.

No entanto, muitos dos mais abastados do “Norte” defenderam um paradigma liberal mais revolucionário, como também, maior autonomia no futuro.

Pernambuco estava à frente, liderando outras províncias na empreitada, almejando repúblicas articuladas em uma possível confederação idealizada, mas que estavam barradas diante das medidas autoritárias de Dom Pedro I.

A data proposta da Confederação, julho de 1824, representou o elo em uma cadeia maior dos fatos antes desse evento, onde o Ceará desempenhou relevante papel e o último local em que a revolta foi debelada pelas forças leais a Dom Pedro I.

Os filhos de Bárbara de Alencar participaram das independências, entre 1822 a 1823, nas capitanias do Maranhão e Piauí. Destaque para Tristão Gonçalves de Alencar e o seu exército composto por diversos setores das camadas populares, em defesa do interesse nacional. Janeiro de 1824 foi marcado pela insatisfação contra a constituinte dissolvida e a constituição outorgada rejeitada por Quixeramobim.

O Padre Mororó conseguiu o mesmo em Icó e Aracati. Logo, Granja e Crato rejeitaram formalmente o texto monocrático de Dom Pedro I.

Os foros particulares, as vilas, representações dos homens bons e dos poderosos negociantes da colônia desejavam traçar seus próprios caminhos, configurando territórios e sistemas políticos.

O Diário do Governo do Ceará, foi o primeiro jornal feito no estado, publicado por Padre Mororó, em abril de 1824. Os liberais queriam a autonomia local, disseminaram a causa e denunciaram o autoritarismo buscando conquistar corações e mentes.

Esperavam estabelecer um debate público, montar articulações, tal qual a tipografia oriunda de Recife, que resultou na morte do Padre Mororó devido a repressão ao movimento. O jornalismo e a imprensa desempenhavam papel fundamental na rebelião, reproduzindo boletins, proclamações, ofícios. Esses meios defendiam a causa da confederação e das repúblicas, consideradas como únicas saídas da tirania de Dom Pedro I e das províncias do sul. Atuavam como divulgadores das ideias e medidas na nova ordem.

Tristão Gonçalves e a sua tropa, tomaram Fortaleza e o Governo Central após a ampliação da luta no Crato e na região de Aracati. Os rebeldes destituíram o governo oficial em Fortaleza, e Tristão Gonçalves foi eleito presidente da província.

Eles declararam as suas repúblicas independentes do domínio de Dom Pedro I.

No intervalo das turbulências, acumulação de forças, líderes da Confederação no Ceará mudaram seus sobrenomes para Pessoa, Anta, Mororó, Araripe, Carapinima, nomes que faziam referência as próprias terras, assim como, uma oposição as heranças portuguesas. Tornou-se a história mais conhecidas da Confederação.

As insatisfações já aconteciam antes da declaração da Confederação, ocorrendo insurreições abertas pela república, em busca da Federação e, sobretudo, contrárias ao autoritarismo, defendendo forças particulares interessadas no liberalismo independente. A maioria das cidades e vilas do Ceará declararam independência, criando proclamações que se somavam umas às outras no Governo do estado, liderado por Tristão Gonçalves Araripe, o principal nome junto com Mororó. As províncias cederam as promessas ou ameaças da Coroa e parte da derrocada do movimento, ocorreu pela fragilidade das forças particulares e as vilas foram retomadas pelas forças a favor de Dom Pedro I.

As elites políticas estavam divididas entre liberalismo federado, republicano independente, este ainda subdividido e fragmentado, ou liberalismo monárquico, centralizado autárquico, ambos com limites quanto à escravidão. No caso dos confederados, os ideais da república e justiça contaminaram, mesmo de forma indireta e provisória, os mais pobres pelo sonho da ruptura efetiva com Portugal e pela autonomia local das vilas.

A figura de Martiniano de Alencar retratou o debate dessas ambivalências e reviravoltas: ele lutou em 1817 e foi o emissário da revolução pernambucana, apoiando, mas após o fracasso, conseguiu convencer o Imperador que não teria envolvimento na empreitada e passou a ser homem forte da coroa nas décadas seguintes. Tornou-se presidente duas vezes e uma vez senador, ajudando na consolidação da monarquia, a partir do seu papel no Ceará, principalmente, da capital.

Leonel Pereira de Alencar morreu em combates sangrentos em Jardim. Tristão de Alencar Araripe foi morto em Santa Rosa, atual Jaguaribara, hoje, tomada pelas águas do Castanhão. Pereira Filgueiras morreu a caminho para o Rio de Janeiro, onde iria se entregar as forças monárquicas.

Derrotada a insurreição, só restou aos presos esperar o julgamento. Líderes foram executados, entre abril e maio de 1825, no Campo da Pólvora, em Fortaleza, ordenado pelo Governador e Imperador, foram eles: Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo – o Padre Mororó –, Feliciano José da Silva Carapinima, Luiz Inácio de Azevedo Bolão, João de Andrade Pessoa Anta Carapinima. Todos fuzilados no campo de areia, defronte ao mar, onde escravos e pobres eram enforcados para dar o exemplo.

Fortaleza foi marcada como capital punitiva, utilizaram o “Campo da Pólvora” e a “Cadeia do Crime” como espaços das violências do Estado Metropolitano, depois Imperial, contra os rebeldes. São Lugares de Memória da capital.

Os povos indígenas também participaram da Confederação, seu posicionamento foi decidido a partir das melhores políticas de terras, aquelas que não ameaçavam o que duramente conquistaram nos últimos séculos depois da colonização.

Posteriormente, os indígenas mudaram de posição e apoiaram Dom Pedro I. A compreensão das políticas de memória é fundamental para a reflexão do uso da força, dos discursos e símbolos mobilizados nessas contendas.

CAPÍTULO 4

AS MISSÕES DO PADRE IBIAPINA NO CEARÁ – CASAS DE CARIDADE

O Padre Ibiapina, batizado José Antônio de Maria Ibiapina, nasceu na cidade de Sobral, em 1806. Ele ficou conhecido pelas suas obras de caridade e suas missões pelo sertão nordestino entre 1856 a 1878.

O seu papel evangelizador foi marcado pela construção das Casas de Caridade (1860 a 1872) nos Estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, totalizando 22 (vinte e duas) edificações. No Ceará, as casas foram construídas nos municípios de: Sobral, Santana do Acaraú, Missão Velha, Crato, Barbalha e Milagres.

Esses espaços buscavam prestar auxílio, em especial, para jovens mulheres carentes de diversas localidades.

A figura do Padre Ibiapina, mesmo após a sua morte em 1883, influenciou os movimentos da Igreja e importantes nomes, como: Antônio Conselheiro, Padre Cícero e José Lourenço.

As atividades realizadas pelo Padre Ibiapina combateram os dobramentos das violações dos direitos humanos, em um contexto histórico de fome, miséria, descaso, além da falta de água e de hospitais.

Ele se dedicou aos setores populares durante as secas, quando as relações paternalistas eram assimétricas, persistindo o avanço da concentração de terras e da exploração do trabalho livre. Ademais, existia a progressiva eliminação do trabalho escravo sem ressarcimentos aos cativos.

O religioso vivenciou o discurso da caridade, uma vida voltada para as necessidades do povo, combatendo o desamparo social dos camponeses, mulheres, crianças e dos mais pobres. A preocupação com os mais necessitados o levou a ensinar sobre a importância da disciplina, da moral, da família e do trabalho.

As festas religiosas e de penitência eram organizadas por onde ele passava, realizando sacramentos, sermões e reforçava a ideologia da resignação.

O Padre Ibiapina vivenciou os ecos da modernização excludente para ajudar os mais humildes. O seu comportamento sociorreligioso, o comprometimento com a fé católica, mobilizou as comunidades visitadas incentivando a criação de espaços físicos para receber jovens carentes.

Por onde andava, promoveu a união da sociedade, fomentando o espírito solidário e a construção de cacimba, poço, açude, com o objetivo de melhorar a vida das pessoas durante a seca.

A primeira formação acadêmica do Padre Ibiapina foi em Direito, posteriormente, concluiu Ciências Sociais. Foi deputado e abandonou suas aspirações políticas em prol da Igreja Católica. Aos 47 anos decidiu tornar-se sacerdote, dedicando de forma missionária aos dilemas do seu tempo, militando pelos desfavorecidos.

A história do padre foi marcada pela perda precoce da sua mãe, aos 10 anos de idade; o pai, foi sentenciado e fuzilado na Praça dos Mártires, hoje, o Passeio Público, como rebelde por ter participado da Confederação do Equador. O irmão mais velho morreu no exílio, em Fernando de Noronha, também condenado por ter sido um confederado de 1824.

Quando entrou para o sacerdócio, trocou o sobrenome de batismo Pereira por Maria, em homenagem a Nossa Senhora, escolhendo o nome: José Antônio de Maria Ibiapina.

A partir desse momento, iniciou o intenso ciclo de peregrinações pelo interior do nordeste, as missões evangelizadoras, auxiliando os mais necessitados. Mobilizou ações práticas para mitigar o sofrimento e os efeitos da seca. Inclusive, conseguiu por meio dos discursos, benfeitorias dos mais ricos para obras.

As Casas de Caridade eram lugares de evangelização e acolhimento, a mais famosa iniciativa criada por Ibiapina. Acolhiam e educavam meninas pobres, órfãs, ensinando as atividades do lar. Praticavam as prendas domésticas, realizando labores como fiar, tecer, para a venda de produtos, como vestes, sapatos e chapéus, auxiliando na sobrevivência financeira de cada casa.

Aprendiam a ler, escrever e fazer contas em uma pedagogia cristã conservadora, mas que ampliou os horizontes das mulheres na época em que, o analfabetismo, a pobreza e o machismo fechavam quase totalmente os caminhos. As Casas de Caridade também recebiam pensionistas, moças de família mais abastadas que contribuíam com recursos.

O Padre Ibiapina redigiu os regulamentos das casas, prezando os valores da disciplina, devoção a uma vida útil focada nos serviços, no benefício de Deus e da família.

Além do regulamento, ele articulou a criação um corpo administrativo, composto, geralmente, por beatas e madres que mantinham cada casa em funcionamento após a partida do padre da cidade.

O sacerdote acompanhava a administração das Casas de Caridade, enviando cartas de recomendações e avaliações. O modelo dessas moradias era disciplinador e avaliado por meio de visitas.

O legado do Padre Ibiapina influenciou Padre Cícero, sobretudo, por conta da sua sensibilidade ao falar sobre o

sofrimento, sem questionar as relações de poder. Ele pregava o engajamento e a devoção no trabalho coletivo para melhorias, em função de uma maior tolerância e resignação social. O debate de políticas da memória envolve temáticas e dilemas dos direitos humanos: seca, caridade, gênero, trabalho livre, devoção popular, avanço capitalista, modernização e fé.

A herança deixada pela Casa de Caridade do Crato, os discursos do seu criador, foram apropriados em novas ações e projetos de intervenção social da Diocese, nas áreas da caridade, saúde e educação.

A Fundação Padre Ibiapina, iniciou em 1956, com personagens como Madre Maria Carmelina Feitosa e Dom Vicente Paulo Araújo Matos. O papel da Fundação era, estando à frente da Rádio Educadora, propagar o trabalho de evangelização por meio da maternidade da cidade, ofertando cursos de treinamento, ações pastorais da educação, auxiliando crianças, a saúde, acolhendo meninas jovens órfãs nos pensionatos.

A instituição foi responsável pela abertura do Colégio Pequeno Príncipe, em 1969, inicialmente, com poucas salas, mas depois cresceu gradualmente.

A Casa de Caridade do Crato, a única sobrevivente no Ceará, é mantida pela Fundação Padre Ibiapina, localizada no meio de estabelecimentos que continuam a serviço da missão de caridade e da educação como princípio, gerando novas rendas para a manutenção das instalações.

A atuação do religioso está marcada na Casa de Caridade, na Fundação Padre Ibiapina, no Santuário da Santa Fé ou Santuário do Padre Ibiapina, em Solânea-PB, onde faleceu em 19 de fevereiro de 1883 e está sepultado, local do seu descanso final.

CAPÍTULO 5

MARCHA DAS CRIANÇAS: GOVERNO DE NOGUEIRA ACCIOLY

A revolta popular contra Antônio Pinto Nogueira Accioly ocorreu, em janeiro de 1912, após 16 anos do oligarca no poder. A derrubada aconteceu em decorrência dos consecutivos mandatos, fraudes eleitorais e práticas autoritárias, métodos que almejavam a manutenção do governo. O influente político governou o Estado do Ceará entre 1896 a 1912, durante a República Velha.

A rebelião de 1912 sucedeu na fase da “política das salvaçãoes”, em que oligarquias eram substituídas por outras da região dos estados do norte. Novos arranjos foram feitos pelo Presidente Hermes da Fonseca e pelo Senador Pinheiro Machado, buscando redefinir a “política dos governadores” consolidando os mecanismos elitistas do poder.

No Ceará, desejavam a substituição de Nogueira Accioly e discutiam quem e de qual forma isso seria concretizado.

Durante a sua trajetória política, Antônio Pinto Nogueira Accioly ocupou cargos públicos iniciando seu prestígio a partir da sua influência como senador no Império, apesar de não ter assumido em razão do advento da república por ser genro do Senador Pompeu. Posteriormente, tornou-se defensor de Floriano Peixoto e vice-presidente do estado entre 1892-1896, sendo eleito presidente em 1896. A sua capacidade de adequação foi capaz de metamorfoses para representar a face da república no Ceará, sendo o mandatário local durante anos. Contava com a anuência de governos federais satisfeitos e montou redes de apoio.

Internamente, conciliava com oligarquias regionais e deputados que deveriam legislar fiscalizando sua gestão, contudo, pertenciam ao Partido Republicano criado para ser um novo núcleo de poder na nova ordem. Os aliados do governo faziam vista grossa para os seus desmandos e Nogueira Accioly conseguiu forte influência na Assembleia, elaborando e efetivando leis que favoreciam a manutenção do poder e na perseguição de adversários.

A montagem desta máquina durou quase duas décadas, por intermédio de força policial, cargos, impostos, campanhas difamatórias, medidas administrativas, coerções, chantagens e favorecimentos.

Rodolfo Teófilo foi escritor, farmacêutico e militante pela saúde pública, alvo do poder acciolyno em 1905, porque reivindicava a vacinação da população de forma pioneira. Entre 1901 a 1904 realizou a vacinação maciça em Fortaleza contra a varíola com recursos próprios. Na época, ele alertava para a falta de atenção dos governantes sobre o tema que causava milhares de mortes por epidemias no Ceará.

Rodolfo Teófilo lecionava no Colégio Estadual Liceu do Ceará, período em que foi boicotado e sofreu campanhas de difamação, calúnias feitas no jornal “O Tempo”, patrocinado pela legislatura estadual da época, assim como pelo jornal “A República”, grande órgão de divulgação e defesa de Nogueira Accioly. Nesses periódicos o farmacêutico foi chamado de charlatão e responsabilizado pela morte de pessoas vacinadas por ele.

A greve dos catraieiros, que paralisou o porto de Fortaleza em 1904, fato ocorrido durante os conflitos em torno dessa oligarquia, teve início no final de 1903, no intuito de lutar contra o sorteio para recrutamento na Armada da Marinha. Os catraieiros eram homens que transportavam as mercadorias

dos navios para o cais em “catraias”, lanchas pequenas, em razão da baixa profundidade que impedia a aproximação dos barcos maiores no porto.

No dia 03 de janeiro de 1904, os trabalhadores portuários que estavam de greve sofreram um massacre executado pela polícia e pela tropa da Marinha, deixando sete mortos e vários feridos. Esse fato demonstrou a política de repressão a movimentos, característica atribuída ao governo de Nogueira Accioly que, naquele momento, trabalhava para garantir a volta oficial ao poder na eleição seguinte. A greve dos catraieiros e o massacre foram eventos dos mecanismos repressores e catalisadores das disputas.

A repressão aos trabalhadores gerou comoção e rupturas públicas devido as graves violações aos direitos humanos, causando repercussão nacional após a greve ter sido veiculada maciçamente na imprensa oposicionista a Accioly.

A oligarquia se manteve no poder com o apoio de grupos locais, lideranças estaduais, compartilhando poder, realizando acordos e relações na república. O essencial é compreender como formavam os blocos políticos conforme os interesses econômicos.

Nogueira Accioly, ex-monarquista influente em ascensão, representava um núcleo de intencionalidades e preceitos sólidos em movimento, buscando legitimação.

Seus atos almejavam mais lucros e a permanência da oligarquia.

O Theatro José de Alencar, inaugurado em 1910, fruto de empréstimos e negociações que movimentaram empresas, bancos, comprovou o discurso modernizador de civilização e progresso que Nogueira Accioly procurava transmitir.

A partir de 1903, teve início uma batalha disputada por “corações e mentes” contra a oligarquia com o auxílio dos jornais “Unitário” e o “Jornal do Ceará”, dos jornalistas João Brígido e Agapito dos Santos, fundadores e colaboradores da imprensa oposicionista. Rodolfo Teófilo encontrou apoio para enfrentar as batalhas. O governo possuía seu aparelho de ideias e propaganda, principalmente, com “A República” jornal oficial ao seu lado.

Os jornais da oposição foram responsáveis por publicar imagens de atraso, ignorância e retrocesso vinculados ao chamado “babaquara”, denominação utilizada para pessoa pouco instruída, apelido dado a Nogueira Accioly por esses meios. Eles ajudaram a fazer das praças ágoras de debates públicos, possibilitando uma crescente de ideias e novos rumos em relação a possíveis substituições do patriarca. Foi em decorrência desses episódios que a Praça do Ferreira, especialmente desde 1910, virou local de exibição e leitura pública de panfletos, charges, caricaturas e jornais.

O “salvacionismo” contra a tirania criou um clima de “utopia” alimentado por narrativas poderosas, em especial, o livro escrito em 1911 por Antônio Sales, um dos exilados que viveu em outro estado devido as críticas feitas ao governo.

O livro *O Babaquara: Subsídios para a História da Oligarchia no Ceará*, escrito por Antônio Sales com o pseudônimo Martins Soares, é uma espécie de inventário dos desmandos e atrocidades cometidas ao longo do tempo: o abandono da administração do estado deixado a mercê do poder de coronéis locais; sobre as perseguições; o voto de cabresto e o boicote a inscrição dos opositores.

No final de 1911, o leque de debates e articulações contrárias ao “babaquara” chegou ao auge por meio de passeatas de ligas de categorias, setores populares e da classe média. As oligarquias comerciais dissidentes se reuniram em torno da

candidatura do Coronel Franco Rabelo, visto como o possível libertador do Ceará, no contexto das “políticas das salvação” de Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado.

Franco Rabelo era coronel do exército, conhecido como o genro de Clarindo de Queiroz, também militar e presidente do Estado do Ceará de 1891 a 1892. Embora há anos distante do governo, Rabelo foi considerado como aquele que voltaria para salvá-lo da tirania que o aprisionava. Diversos setores se aproximaram da sua figura de “libertador” para agir em seu nome, já que ele voltou ao Ceará apenas depois da rebelião de 1912, quando disputou e ganhou a eleição.

Em dezembro de 1911, a marcha dos opositores, favorável a Franco Rabelo, foi alvo de ataque da cavalaria da polícia de Nogueira Accyoli, causando forte protesto da Associação Comercial e acarretando mais desgaste ao Presidente. Uma nova manifestação a favor de Rabelo, realizada com a liderança de mulheres, foi reprimida novamente por ordem do presidente do estado.

A “Marcha das Crianças” foi um desfile cívico, organizado para apoiar Franco Rabelo à presidência do estado. Essa manifestação teve início na Praça Marquês do Herval e finalizou na Praça do Ferreira, percorrendo o centro da cidade, no dia 21 de janeiro de 1912, contando com a participação de centenas de crianças e milhares de participantes. Quando chegaram na Praça do Ferreira, a manifestação das crianças foi duramente reprimida pela cavalaria da polícia por ordem do “babaquara”, ocasionando pelo menos a morte de duas crianças e vários feridos.

Depois desse episódio, de 22 a 24 de janeiro, explodiu uma rebelião popular cercando o Palácio da Luz, sede do Governo, até a antiga Praça do Herval, hoje, a Praça José de Alencar, com monumentos e propriedades depredadas, como também, atacaram o prédio do jornal “A República”. A cidade ficou as

escuras e começou a faltar gêneros alimentícios.

A “cabroeira”, fenômeno heterogêneo composto por operários, pequenos comerciantes e trabalhadores do mar, depredaram monumentos, jardins e calçamentos. A partir do massacre das crianças, a chamada “turba” tomou a frente, organizando os protestos e preocupando os apoiadores de Nogueira Accioly.

Em resposta aos atos, as estradas para o centro da cidade foram interditadas, o acesso ao local estava bloqueado e a Assembleia dos deputados estaduais, atualmente, o Museu do Ceará, foi protegida; arrancaram e utilizaram as pedras das avenidas no embate contra o tirano. Estimam-se mais de cem pessoas mortas e feridas na rebelião, cujo alvo era a destituição de Nogueira Accioly, visto como o mal e as trevas da república.

No dia 24 de janeiro de 1912, cercado no Palácio da Luz, o oligarca renunciou para não ser morto pela fúria da multidão revoltada pelos anos de desmandos, usurpação do bem público e pelo ápice da violação constante aos seus direitos na violenta repressão aos manifestantes da Marcha das Crianças.

Nogueira Accioly e sua família partiram, vaiados e escoltados, em direção a Salvador; no percurso, em Natal, um dos seus filhos morreu após tentarem matar o oligarca.

Franco Rabelo foi eleito e tomou posse no dia 14 de julho de 1912, depois de acordos e ter seu nome aceito pela Assembleia Legislativa, governando até os eventos da Sedição de Juazeiro em 1914.

O caos desses anos e as articulações indicaram como as oligarquias procuravam se manter no poder, apontaram suas limitações e o protagonismo das camadas médias. Esse cenário caótico demonstrou como as classes populares buscaram participação, atemorizando as normas elitistas da

institucionalidade, em uma república sem mecanismos de inclusão que não se interessava pelo envolvimento mais amplo. As lutas sociais e simbólicas ocorreram nas calçadas e prédios do centro da cidade, na época, espaço político-administrativo, econômico e simbólico, sitiado na revolta de 1912. Esses lugares históricos representam os caminhos da república, naquele momento, sem instrumentos para participação popular e aferrada ao controle da mão de obra pobre.

Foi no Palácio do Governo, atualmente a Academia Cearense Letras, na Assembleia Provincial, agora Museu do Ceará, que aconteceram os protestos contra o arbítrio, com cercos e mobilizações. A população enfrentou as forças policiais na Praça do Ferreira; na Praça General Tibúrcio, popularmente chamada Praça dos Leões; na Praça do Herval, onde os símbolos de Nogueira Accioly foram destruídos.

Os Lugares de Memória citados podem permitir o conhecimento e maior debate público sobre a busca de direitos contra o status quo, empreendida nessa revolta que fez as pedras cantarem em trincheiras, barricadas, cercos e agitações, na Fortaleza “Belle Époque” - fachada para outras cidades reais, a modernização que era controlada por grupos privilegiados.

Fortaleza era uma cidade com graves relações de exploração e negação dos direitos da população. Os setores populares retirantes, provenientes das migrações forçadas, que edificavam os monumentos da civilização se reuniram para destruí-los em uma ocasião propícia de abuso de poderes e tumulto revoltoso.

CAPÍTULO 6

SEDIÇÃO DE JUAZEIRO

Entre dezembro de 1913 a março de 1914, aconteceu no Ceará um embate entre tropas lideradas por Padre Cícero e Floro Bartolomeu contra as forças de Franco Rabelo, então presidente do estado. Este fato ficou conhecido como a Sedição de Juazeiro.

A Sedição de Juazeiro, ocorreu quando Padre Cícero e, o seu aliado, Floro Bartolomeu, com o apoio do Governo Federal, lideraram o embate contra as forças ligadas ao Presidente da Província do Estado que tornou-se indesejado para as oligarquias locais, em especial a do Cariri pelo Presidente da República, na época, Hermes da Fonseca, e pelo senador mais influente do período, Pinheiro Machado.

Na rebelião popular, ocorrida em 1912, que derrubou do poder Nogueira Accioly, quando ocupava o maior cargo de poder do estado, era aliado de Padre Cícero, Floro Bartolomeu e das elites políticas do Cariri.

As condições para a deposição de Franco Rabelo precisavam ser criadas e uma intervenção federal era desejada nesse sentido.

As bancadas políticas de Juazeiro do Norte queriam consolidar seu domínio, almejando garantir e expandir a emancipação obtida do Crato, em 1911, e impedir que perdessem força, sem Nogueira Accioly no poder. Franco Rabelo representava uma ameaça a seus interesses e a sobrevivência dessa hegemonia pretendida pelas forças da cidade.

A Sedição de Juazeiro sucedida na República Velha, foi uma ordem institucional que buscava a legitimação e o controle dos

estados, em articulações de oposição àqueles que votaram contra Hermes da Fonseca, realizando conflitos pelos cargos governamentais, poder local e disputas entre cidades dominadas por poderes centrais dos Estados e da União. No intuito de conquistar mais espaços, tais disputas oligárquicas aconteceram na contraditória consolidação dessa república como sistema político e de sociabilidade. Esse sistema combateu movimentos populares, geralmente, percebidos como expressões de atraso a ser superado e ameaçadores da ordem pretendida.

Os episódios da Sedição de 1914, surgiram durante esse período de forte ebulição nas fronteiras entre fé e política, principalmente, quando muitos combatentes lutavam pela sobrevivência das suas crenças.

As camadas populares defenderam “seu padim” e sua cidade, diante de uma fatal ameaça de destruição dos seus direitos a fé, ou seja, a história da Sedição carregou múltiplos planos de motivações que indicaram o papel do Padre Cícero, a sua trajetória, a atuação caridosa e o seu contato com a realidade dos camponeses, talvez inspirados no Padre Ibiapina e suas missões em Juazeiro do Norte, no século XIX.

Em virtude dos milagres envolvendo a Beata Maria de Araújo, momento em que a hóstia virou sangue de Cristo na boca da moça humilde e devota desde criança, eventos que despertaram a atenção de multidões para a cidade, como centro da salvação divina de homens e mulheres na terra. Juazeiro do Norte virava a “Nova Jerusalém” com infinitas romarias. Padre Cícero foi proibido de celebrar missas, entre outras represálias, assim como a Beata foi condenada ao silêncio e enclausurada até a sua morte.

A Sedição de Juazeiro apresentava os embates do monopólio da fé sobre a cidade, fortalecendo a crença de “espaço do sagrado”. O município era um agrupamento pobre e sem

perspectivas, submisso a interesses regionais e que cresceu a partir da atuação do “padim” para uma rede de migração das romarias. O Padre Cícero foi considerado o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte, em 1911, atraindo a devoção popular.

Após a eleição de Franco Rabelo, em 1912, foram enviadas tropas para Juazeiro do Norte com o objetivo de controlar os ímpetos rebeldes, essas forças políticas se aglomeravam no Crato para que os interesses da “Nova Jerusalém” fossem barrados e que uma ordem racional, centralizadora, pudesse ser estabelecida impedindo o crescimento de novas oposições e fanatismos, na visão de Rabelo.

Lutando pela defesa de Juazeiro do Norte, Padre Cícero combinou poder político, econômico e religioso, contava com o apoio oligárquico, enquanto Floro Bartolomeu, jornalista, prezava pelo discurso científico.

Na Sedição, há presença de jagunços a serviço dos coronéis junto com homens de fé que defendiam o seu “chão sagrado”, na defesa de uma crença duramente perseguida.

A explosão do conflito com os oligarcas do Cariri, decorreu em razão do incômodo com a saída de Nogueira Accioly, deposto em 1912, bem como as primeiras ações do novo governo contra Juazeiro do Norte; as tropas desta cidade resolveram não aceitar a figura de Franco Rabelo.

Ele foi decretado ilegítimo pela Assembleia Estadual Dissidente, em dezembro de 1913, por supostos problemas no reconhecimento da sua eleição e as forças políticas de Juazeiro do Norte proclamaram um “novo governo” no município, declarando Floro Bartolomeu como presidente do estado e Padre Cícero como vice-presidente.

Franco Rabelo enviou novamente tropas contra o “novo” governo, tendo em vista também, as fortes premissas de que a

cidade crescera muito, com novos protagonistas. Ademais, desejava estabelecer um controle mais efetivo sobre o sertão considerado bárbaro e incivilizado. Uma resistência foi feita contra o golpe almejado na cidade, ao mesmo tempo em que o poder federal não acionou o exército, deixando Franco Rabelo isolado no conflito.

A partir do dia 20 de dezembro de 1913, as tropas raivosas estavam prontas para destruí-los, mas os romeiros e roceiros lutaram, defenderam e sofreram as violências com a chegada das tropas rabelistas. Milagrosamente resistiram utilizando os túneis, trincheiras e muros sob a benção do Padre Cícero. Denominaram as valas como o “Círculo da Mãe de Deus”, evocando Canudos através de um sobrevivente, Antônio Vilanova, que teria repassado a tática de combate e defesa, levantando trincheiras preparadas e cavadas pela população.

O “Círculo da Mãe de Deus” tratava-se de um muro, começando na Colina do Horto e rodeando o entorno da cidade de Juazeiro do Norte, construído para que ela não fosse tomada pelas tropas policiais, enviadas por Franco Rabelo.

As tropas de Franco Rabelo não conseguiram adentrar e tentaram atacar em uma investida militar decisiva utilizando um canhão, porém a arma, após três tentativas, falhou, conforme depoimentos da época.

Os sertanejos lutaram pelos seus ideais, conseguiram resistir, suportaram o cerco, mas as tropas rabelistas avançaram e invadiram o Crato, saqueando o lugar, no dia 20 de janeiro de 1914.

A Sedição de Juazeiro foi marcada pela participação popular difusa e a favor da fé, concomitante, aos motins entre as elites políticas.

Padre Cícero retomou a função de prefeito da “Nova

Jerusalém”, símbolo do poder de Deus e da crença. Juazeiro do Norte estava destinada a se desenvolver como a principal cidade da região do Cariri Cearense, em termos econômicos e populacionais, em decorrência da eleição para Presidente do Estado, em 1914, que tornou o religioso vice-presidente do Estado do Ceará.

Em Juazeiro do Norte existem diversos lugares de memórias que respiram a figura do sacerdote, como o Museu Padre Cícero Vivo. Espaços que remetem a “guerra” de salvação do município em sua “última independência”, rumo ao sucesso contra Crato, quanto à saga em tornar-se uma das maiores “capitais” do sagrado no Cariri, no Brasil.

No centro da cidade, os lugares de memória sobre a devoção do “Padim” são: o Museu Cívico Padre Cícero, o Memorial Padre Cícero, a Igreja e o Cemitério do Socorro, com os restos mortais do Padre.

Esses locais são registros das várias mobilizações em defesa da fé, contra os “projetos de modernizações” que foram vistos como ameaças as crenças populares, aos direitos de congregação e fé que os romeiros possuíam.

CAPÍTULO 7

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DOS RETIRANTES (1915-1932)

Desde a década final do século XIX, havia uma preocupação por parte das elites locais cearenses com os fluxos migratórios dos chamados retirantes que, depois, seriam alcunhados de “flagelados da seca”.

Por falta de opção e despossuídos de suas terras, os camponeses e suas famílias saíram do sertão andando a pé pelas estradas e utilizaram trens em direção aos centros urbanos, em especial, até a capital. Esse fato dobrou a população de Fortaleza na virada do século XIX para o século XX.

A fuga do campo ocorreu por causa da ausência de chuvas e do processo capitalista em expansão das relações compulsórias de exploração, esse contexto foi marcado por relações semelhantes à escravidão, de desigualdade no campo, ampla concentração de terras e nenhuma proteção aos agricultores, especialmente, quando ficavam sem o mínimo de lavoura para a subsistência nos períodos de estiagem.

As secas ocorridas em 1877 a 1878 e as de 1888 a 1900, ampliaram os fatores de exploração, direcionando os mais pobres para atividades laborais de forma compulsória e em condições desumanas.

A partir de 1877, as forças burguesas tentaram segurar essas pessoas antes de alcançarem os núcleos das cidades, era a concepção moralista de progresso higienista. As práticas de isolamento e canalização dos sertanejos, eram realizadas negando o acesso democrático a água, mantendo os latifúndios e desenvolvendo bolsões para barrar, ao máximo,

homens e mulheres vulneráveis, desprovidos de terras. Essas tentativas não resolveram os problemas agrários, expondo as relações de poder assimétricas.

Existiam promessas de trabalho digno em obras como açudes, ferrovias, prédios públicos e em propriedades privadas. Contudo, esses serviços ocorriam em condições de extrema exploração, com violações de direitos. Nesses espaços, os retirantes eram encurralados e recebiam o mínimo para se alimentar.

Desses abarracamentos houve o primeiro Campo de Concentração, em 1915, uma iniciativa modeladora cuja função era garantir a ordem em Fortaleza, evitando uma nova invasão ao centro, protegendo a suposta imagem “Belle Époque”, com avenidas, praças, cafés e mansões mantidas pelo cultivo do algodão, desde o final do século XIX.

A situação foi denunciada pelo médico e militante sanitarista, Rodolfo Teófilo, que combateu a varíola, buscando vacinar a população. Ele travou um embate contra as políticas de agrupamento forçado da população, que foi amontoada sem alimentos, remédios ou moradias dignas. O médico alertou que essa nova concentração tornaria o “campo santo” com enorme número de óbitos, o que de fato ocorreu.

O Bairro do Pirambu, em Fortaleza, teve início em 1932, quando os sobreviventes do campo de concentração de 1915 ocuparam a periferia da capital e tornaram-se alvos de novas violações em razão do incômodo que causavam à elite.

O intuito do discurso político sobre a modernização era promover o cuidado referente as melhorias de condições, nos pagamentos e na distribuição de comida.

Reforçando que as falhas que ocasionaram a morte de tantas pessoas seriam corrigidas.

No Ceará, em 1932, os retirantes foram encarcerados em distintos pontos: na linha férrea de Baturité, sentido Cariri-Capital, com exceção de Ipu, na região norte do Ceará, pertencente à linha férrea Sobral-Fortaleza. O objetivo desses espaços era proteger os aglomerados urbanos: dois em Fortaleza, Buriti (Crato), Ipu, Carius, Senador Pompeu e Quixeramobim.

O discurso tornou-se mais radical, erros foram cometidos devido as irregularidades dos gastos e na política de aprisionamento, fatores que transformaram os campos em verdadeiras máquinas de morticínio e desespero.

As estratégias eram de detenção e disciplina, enfatizando que as pessoas consideradas como flagelados, não podiam sair, apenas se fosse para trabalhar em obras.

A multidão estava detida, vivendo em condições precárias, sem higiene e passando fome.

Mais de cem mil pessoas foram presas nos campos de concentração, chamados de “currais de gente”. Fontes da época estimaram cerca de 75.000 (setenta e cinco mil) encarcerados e 16.200 (dezesesseis mil e duzentas) pessoas aprisionadas em Buriti, no Crato. Os dados oficiais de mortos indicam vinte e três mil mortos, mas, somente no campo do Ipu, morreram mais de mil pessoas em um ano (RIOS, 2001, pp. 41-57).

Aconteceram amplas e recorrentes transgressões de direitos, cometidas sob o disfarce de assistência, garantindo o uso da mão de obra barata para obras públicas e privadas. A essa situação, somavam-se as relações de poder no campo e nas cidades ocasionando a intensificação da desagregação social durante os períodos de seca.

Em Senador Pompeu, no sertão central do Ceará, durante um mês de concentração, foi noticiado na imprensa mais de 20 (vinte) mil confinados; o espaço funcionou de abril de 1932 a março de 1933, com fontes indicando entre trinta a quarenta mortos diários no auge das epidemias de doenças como, disenteria, tifo e sarampo.

O município de Senador Pompeu, é o único local que ainda possui resíduos materiais existentes dos campos e o Sítio Histórico do Patu foi tombado por Decreto Estadual, assinado em 27 de novembro de 2023. Essa conjunto arquitetônico compõe o Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará.

Os casarões e as ruínas da “Serra do Patu” foram construídos por uma empresa inglesa responsável pelo açude e pelo fornecimento de energia para uma usina, entre o final da década de 1910 e os anos de 1922-1923. Os prédios e a construção da barragem foram abandonados, mas o Estado aproveitou as construções para o Departamento de Secas.

Em ato de memória e homenagem às vítimas dos campos de concentração, desde 1983, a igreja católica criou a caminhada da seca que acontece todos os anos no 2º domingo de novembro.

Os lugares de memória da cidade são: o Centro de Defesa de Direitos Humanos Antônio Conselheiro, fundado pelo Padre Albino Donati, em 1983, e funcionou no combate à exploração dos camponeses, as violações como torturas, auxiliou nos debates de direitos trabalhistas. Em decorrência da mobilização com associações, em Senador Pompeu e região, surgiram os movimentos sociais e ativistas da memória.

O livro Migalhas do Sertão, de autoria do Padre João Paulo Giovanazzi, uma obra memorialística, com depoimentos dos sobreviventes do Campo.

Na região, é cultivada a memória, por meio do patrimônio material que possui boa parte do seu suporte e referencial: o Sítio do Patu. No local histórico é possível visitar os casarões e as ruínas das instalações adaptadas para o controle social. O Cemitério do Patu possui uma vala coletiva de milhares de mortos. O Museu da Estação Ferroviária preserva o papel da linha férrea com os retirantes.

Os campos de 1932 foram construídos no intuito de evitar que os “flagelados” ocupassem os centros urbanos, em especial, Fortaleza. Representaram a política da morte em nome do progresso.

Esses registros são fundamentais para o entendimento das ações de combate as violações de direitos humanos, bem como, os significados das memórias dos Campos de Concentração.

Inspirado na fé e nas ações do Padre, José Lourenço reuniu no Sítio Baixa Dantas, terreno próximo a cidade do Crato, retirantes, agricultores e devotos através da fé, em busca de condições para produção e usufruto solidário dos bens de subsistência.

A comunidade organizada pelo beato, despertou perseguições em razão dos preconceitos contra os camponeses que foram rotulados de fanáticos, primitivos e potencialmente perigosos. Na época, foi disseminada uma calúnia de que haveria um culto ao “boi mansinho”, um touro zebu, doado por Padre Cícero e criado por José Lourenço.

Floro Bartolomeu, deputado de maior influência na região, mandou prender o beato e ordenou o abate do animal, que ganhou fama de “milagreiro”. O discurso para tal decisão, era a necessidade de eliminar superstições que não condiziam com os novos tempos da república e com o progresso do local. Estavam combatendo heresias bárbaras cometidas contra a sociedade cristã em evolução. O beato e o seu agrupamento foram expulsos do Sítio Baixa Dantas, deixando a propriedade sem receber indenizações e logo após tornar o solo fértil.

Antes da criação do grupo social, as práticas populares e coletivas eram rejeitadas pelos domínios constituídos, inclusive, pelos setores da imprensa local que reproduziam as difamações.

José Lourenço foi alvo de perseguição pelas forças militares do estado, que tentavam negar os valores da sociabilidade em comunhão.

Em 1926, após a expulsão do Baixa Dantas, Padre Cícero incentivou José Lourenço a ocupar o terreno, conhecido como “Caldeirão dos Jesuítas”, que levava esse nome devido o formato geográfico do lugar parecer uma terra entre as formações rochosas, como se estivesse dentro de uma panela.

O líder religioso iniciou a ocupação daquele lugar com a ajuda dos camponeses, que prepararam o solo para o plantio e esperavam, de forma devota, por outra realidade sagrada, praticando rezas e bênçãos. Depois de muito empenho a terra prosperou desenvolvendo um engenho de farinha, plantações de feijão, algodão, milho e canaviais, além da criação de animais, fabricação de roupas e produção de remédios. O local era abastecido pelo açude que possibilitou o combate a seca e gerou um espaço próspero, de devoção na região rural do Crato.

O tempo passou e a Ordem dos Penitentes, irmandade religiosa que acreditava no autoflagelo enquanto prática para purificação da alma pecadora, aderiu ao local. O Caldeirão dos Jesuítas passou a ser conhecido como o “Caldeirão da Santa Cruz do Deserto” liderado por José Lourenço.

A capela construída em 1931, em homenagem a Santo Inácio de Loyola e aos Jesuítas, tornou o lugar mais atrativo para centenas de pessoas que se identificavam com a mensagem caridosa e as condições de vida favoráveis. A população do Caldeirão aumentou e cerca de 1000 pessoas moravam no local. Em 1936, durante o auge da comunidade, duas a cinco mil pessoas moravam em quatrocentas casas.

O Padre Cícero sofreu duras represálias por ter protegido José Lourenço e o Caldeirão, que nunca foi aceito pelos poderes estabelecidos. Após sua morte, em 20 de julho de 1934, os ruídos aumentaram, bem como os perigos para os moradores.

Salesianos herdeiros da terra, participaram da oposição ao local, com latifundiários, em um embate que se ampliou. Nos jornais, boatos foram disseminados.

O discurso do anticomunismo, foi utilizado contra a comunidade, ligando-o de forma distorcida à presença de pessoas vindas do Rio Grande do Norte, que teriam

participado da “Intentona Comunista” de 1935.

Esses fatos aconteceram no momento de reafirmação do autoritarismo e da centralização de cúpulas após disputas oligárquicas e às vésperas do Estado Novo, em um estado reconfigurado por pactos que almejavam privilégios e a defesa de uma evolução controlada no país.

O beato e a comunidade eram alvos de manchetes difamatórias. Os discursos nomeavam a todos de fanáticos miseráveis, vítimas condenadas pelo destino, pobres desgraçados manipuláveis. José Lourenço foi representado como guia perigoso, por ameaçar os novos projetos de conservadorismo e a manutenção dos interesses.

No dia 11 de setembro de 1936, as primeiras tropas policiais incendiaram as casas e saquearam as posses coletivas da localidade, iniciando a expulsão violenta dos sertanejos da Ordem dos Penitentes, com as suas vestes pretas, que não reagiram. Na ocasião, mulheres, crianças e idosos foram fotografados.

As imagens foram divulgadas na imprensa, classificando essas pessoas como vítimas fatais do atraso, defendendo o ataque, pois seriam incorporadas à nova ordem.

Além do uso das fotografias, troféus da “guerra contra a barbárie” foram levados para Fortaleza.

Na expulsão, de 1936 ocorreram mais abusos por parte das autoridades, em especial, cometidos por um capitão, truculento militar da região. Alguns camponeses foram presos, torturados e levados para a capital, entre eles o filho de Severino Tavares, a segunda liderança do local; por sorte, José Lourenço foi avisado e fugiu.

No decorrer dos meses seguintes, aconteceu o reagrupamento

dos camponeses na tentativa de retomada da comunidade. Em maio de 1937, Severino Tavares entrou em conflito na Serra do Cariri, com o mesmo capitão que destruiu o grupo, torturou e matou os camponeses. Durante o embate, ambos morreram.

O massacre definitivo do Caldeirão, aconteceu após o intenso revanche por parte dos militares. Aproximadamente, 200 soldados armados adentraram na comunidade, perseguindo e matando indiscriminadamente. Não há o número exato de mortes na Chapada, mas estima-se que 400 a 1000 pessoas perderam suas vidas José Lourenço retornou ao Caldeirão, em 1938, mas não pôde continuar seu projeto comunitário devido as ameaças e restrições. No ano seguinte, viajou para Pernambuco, para trabalhar pela fé e pelo coletivo até a sua morte, em 1946.

Logo depois do massacre final, militares e jagunços, por ordem dos latifundiários e autoridades movidas pelo ódio à comunidade, caçaram e maltrataram pessoas vestidas de preto, característica associada ao Caldeirão.

Ainda há vestígios do que sobrou do Sítio Caldeirão, a Igreja, uma casa da época, os restos do cemitério e o poço sagrado nas encostas da Chapada do Araripe, são provas da ação dos devotos e do beato, bem como da repressão sofrida contra a comunhão popular.

No Cemitério do Socorro, em Juazeiro do Norte, encontra-se o túmulo de José Lourenço, alvo de romaria realizada pelos fiéis, desde que trouxeram o seu corpo de Pernambuco, em 1946.

Por meio dos lugares de memória e leituras sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, é possível compreender as graves violações dos direitos humanos ocorridas na comunidade. Pertence ao acervo do Museu Histórico do Ceará, em Fortaleza, os “troféus de guerra”.

CAPÍTULO 9

LEPROSARIA CANAFÍSTULA

A Leprosaria Canafístula, hoje, o Centro de Convivência Antônio Diogo localizado na cidade de Redenção e fundado em 09 de agosto de 1928, foi um espaço criado para o tratamento medicinal dos internos que recebiam o diagnóstico de hanseníase, doença acompanhada de intenso estigma social naquele período.

O primeiro leprosário do Estado do Ceará, popularmente nomeado de “Colônia Antônio Diogo” foi erguido a partir de doações feitas pelo industrial cearense Antônio Diogo de Siqueira, um dos principais administradores dos recursos que mantiveram o local nos primeiros anos.

A estratégia de isolamento social dos doentes, foi legitimada por decisão médica, durante um surto de “lepra”, enfermidade que também era denominada como “o mal de Lázaro” ou a “morfeia”, nas primeiras décadas do século XX.

No intuito de evitar o pânico nos centros urbanos, as autoridades constituídas realizaram a internação compulsória daqueles que estavam enfermos e carregavam o estigma da doença consolidada ao longo do tempo e eram chamados de “leprosos”.

Concluído o leprosário e após ampla campanha de doações, passou a ser administrado clinicamente pelo médico Antônio Justa, principal profissional que praticava e militava pelo tratamento para os doentes no Ceará. A administração do lugar, era responsabilidade das irmãs da Congregação Franciscana, com o apoio do Monsenhor Antônio Tabosa Braga, que liderava ligas e campanhas, para obtenção de verbas que ajudariam na construção e manutenção do prédio,

durante vários anos. No final de 1930, o Centro Médico Cearense e do Estado, começou a colaborar com o funcionamento da Instituição. Posteriormente, Antônio Justa, Antônio Tabosa e a ordem religiosa, eram responsáveis pela organização das atividades.

Na década de 1920, foram feitas tentativas de abarracamentos e outras formas de isolamento, para impedir que as vítimas da doença não chegassem até a capital cearense. Após o fracasso dessas iniciativas, ocorreu apelos frequentes para a construção de um prédio apropriado, como era em outros estados do país, para a contenção e tratamento dessas pessoas.

Antes da edificação do leprosário, várias matérias produzidas pelos jornais, promoveram uma espetacularização dos horrores que a “lepra” causava e reforçaram aspectos, incentivando o isolamento social e quais procedimentos deveriam ser adotados.

As narrativas divulgavam que a presença dos enfermos, causaria perda da visão, mutilações expostas e chagas no rosto. Alguma atitude deveria ser feita, sobretudo, nos espaços urbanos, pois eles estariam em sofrimento ao ar livre, à vista de todos, contaminando, inclusive, objetos como moedas e cédulas.

A mídia era em boa parte de matriz católica, como o jornal O Nordeste, que discursava sobre os perigos da proliferação da tenebrosa mazela. Elaboraram representações amplamente disseminadas sobre como era o corpo saudável e como era o corpo doente. Acreditavam que, reunir os chamados “morféticos”, era o único tratamento viável para prevenir o contato.

A enfermidade era detectada, até aquele momento, de forma imprecisa, como contagiosa e alegavam supostos vícios morais

ou promiscuidade social como causa do contágio.

Retóricas e procedimentos que teciam uma ordem em que, religião e ciência alimentavam políticas de aperfeiçoamento social, sob a bênção do capitalismo e individualismo. Esse sistema desenvolveu e colaborou na disseminação de discursos preconceituosos, como instrumentos de controle, estabelecendo parâmetros e racionalizações associadas ao desenvolvimento nacional pretendido, com critérios classificatórios e em defesa de uma harmonia social.

Atos de caridade eram realizados em hora e local certos, a fim de “proteger” os sadios e “cuidar” dos pecadores.

A escolha do local de funcionamento da Colônia no Distrito de Canafístula, em Redenção, correspondeu, na época, ao julgamento dos doentes em defesa do afastamento dessas pessoas das zonas urbanas.

Várias congregações católicas, associações beneficentes e médicas, além do apoio indireto do estado, asseguraram, com doações, o funcionamento do lugar.

As práticas de caridade e assistencialismo garantiram o debate público sobre a doença, assim como a participação nessa discussão, tema abordado, primeiramente, pela Imprensa e a Igreja, depois pela Sociedade Médica e, a partir de 1930 pelo Estado em suas múltiplas esferas.

O Leprosário foi inaugurado com cerca de duzentos pacientes, os primeiros chegaram de trem, pela linha férrea Fortaleza-Baturité. Os pacientes eram separados por gênero, porém podiam conviver em alguns momentos e constituírem família.

A narrativa da caridade, foi imprescindível no estabelecimento da sua edificação e continuidade, garantindo as melhores condições possíveis. Os doentes permaneciam em absoluto

confinamento no Leprosário, desde a identificação da doença até o traslado e instalação.

Os filhos das mulheres grávidas e enfermas, eram afastados da mãe ao nascer e levados para uma creche no local, onde seriam disponibilizados para adoção.

Fomentaram debates acerca do melhor tratamento aos doentes no local, desde a construção do Leprosário até necessidade da própria produção de alimentos com horta e animais, que faziam parte das atividades voltadas para a ocupação dos doentes, enquanto pudesse trabalhar para o bem comum da Colônia.

Criaram um espaço de devoção próprio, um cineteatro, transformando a Leprosaria em um conjugado de equipamentos, um microcosmo, com prefeito e até cadeia, cercado por muros altos.

As práticas médicas eram combinadas com as práticas religiosas, nas ações de caridade desenvolvidas pelas irmãs franciscanas.

O cotidiano começou a mudar com o fim da Lei do isolamento compulsório no país, em 1960, período com mais de 100 hospitais-colônia em funcionamento no Brasil, semelhantes a Leprosaria Canafístula. O cumprimento efetivo ocorreu, entre 1970 a 1980, quando começou a existir o tratamento ambulatorial: os pacientes levavam os remédios para casa.

A antiga colônia, hoje, o Memorial Leprosaria Canafístula, equipamento que integra o Centro de Convivência Antônio Diogo e atualmente faz parte do sistema de saúde do Estado do Ceará.

Em 2022, o local abrigava 47 pacientes que podiam sair, entretanto alguns possuem graves sequelas físicas e afetivas,

em razão da perda dos vínculos familiares.

O espaço é aberto ao público para visitação, possuindo em seu acervo, móveis, fotos, pomadas, instrumentos, cartas, ofícios, prontuários, um rico lugar de memória.

O Memorial Leprosaria Canafístula é um espaço vivo, educativo, contra estigmas discriminatórios, falas segregacionistas e políticas de exclusão. O Centro de Convivência Antônio Diogo, oferta trabalho psicológico, incentiva a produção artística e criativa dos pacientes. O espaço promove tratamentos alternativos humanitários aos que permaneceram. Por meio desse Lugar de Memória é possível compreender, os aspectos do controle social, a história da saúde cruzada com a religiosidade. O relevante conhecimento sobre a historicidade dos protocolos sanitários, com suas limitações, fundamentações éticas e políticas.

No Ceará, também foi criada em 1942, a Colônia Antônio Justa, em Maracanaú. Hoje, o local está situado em uma atuação estratégica em seu bairro, onde ocorre o processo de mobilização das pessoas em defesa do espaço e suas memórias. É realizado por um Instituto que reúne antigos pacientes, funcionários, familiares, pesquisadores e artistas militantes. Conhecido como Centro de Referência de Assistência Social, funcionando no velho cineteatro da Colônia Antônio Justa.

O patrimônio material, documental e outros acervos das duas leprosas, compõem a política de memória e da história da saúde do Estado do Ceará.

CAPÍTULO 10

MARCHA DO PIRAMBU: MARCHA DE 20 MIL PESSOAS DO PIRAMBU (1962)

A Marcha do Pirambu foi uma manifestação popular, realizada no dia 1o de janeiro de 1962, que pleiteou direitos básicos para a comunidade que morava no bairro e nas regiões adjacentes. A passeata contou com a participação de 20 mil pessoas exigindo melhorias essenciais para a localidade.

Caminharam, segurando cartazes e bandeiras, em direção ao centro de Fortaleza, onde estava localizada a sede do poder executivo, pleiteando seus direitos, em uma data que simboliza transformações e esperanças. Percorreram cinco quilômetros e adentraram, de forma reunida e pacífica, o perímetro considerado como o mais importante da capital na época, o centro de Fortaleza.

Antes da caminhada decisiva, ocorreram múltiplas mobilizações, buscando a defesa de direitos humanos essenciais e lutando contra os estigmas que existiam sobre a comunidade, desde o início do bairro.

A Marcha do Pirambu, foi um movimento articulado por setores progressistas da Igreja Católica, trabalhadores, militantes de partidos, associações comunitárias, reunidos pela justiça social. O Padre Hélio Campos, foi um dos principais símbolos dessa manifestação histórica.

O bairro do Pirambu começou em 1930, quando ocuparam as terras da Marinha que estavam abandonadas. A região fez parte dos campos de concentração, em 1932, era chamado, popularmente, como “currais de gente”, compostos por sertanejos deslocados, no intuito de mantê-los afastados das áreas centrais da capital, pois eram vistos como ameaçadores

da ordem. Ao mesmo tempo, estavam disponíveis com mão de obra barata, para a construção de empreendimentos.

O bairro foi desenvolvido por uma comunidade oriunda das migrações forçadas, resultado do Campo de Concentração do Urubu, que isolou e estigmatizou pessoas em condições de violação de direitos básicos.

Após processo de lutas, em 1958, passou a ser reconhecido, oficialmente, como bairro. Por esse motivo, os jornais chamaram a imensa manifestação de “Marcha sobre Fortaleza”.

O Pirambu foi constituído por pescadores, sertanejos, operários, domésticas, migrantes da seca, território de lutas cotidianas e indivíduos de forte resiliência. Pessoas de diversas profissões se instalaram no local, devido a proximidade da linha férrea, do porto e das indústrias desenvolvidas na capital, durante as primeiras décadas de 1900.

O Padre Hélio Campos, desempenhou um papel fundamental quando chegou do sertão central cearense, para comandar a Paroquia do Pirambu. Era um pároco progressista, envolvido com as demandas populares e desejava manter o papel da Igreja Católica, aproximando do povo nas questões sociais.

Existiam tensões internas, principalmente, a respeito da mobilização desses objetivos de lutas. Porém, a aglutinação se tornou mais premente pelas reivindicações nesse cenário de comunitarismo, inclusive, associações de mulheres na luta, nas militâncias sociais, em especial, bandeiras pelo direito à terra.

A “Marcha do Pirambu” simbolizou a busca por habitação, direitos básicos, em defesa de suas casas e famílias. Isso demonstra como o movimento teve a capacidade de reunir milhares de pessoas. Andaram até o Centro, na Catedral da Sé, e seguiram em direção ao Palácio da Luz, sede do Governo na

época, assustando a burguesia que residia no entorno da “zona nobre” da cidade.

Quando a multidão estava concentrada na Praça da Sé, uma comissão que representava as demandas da comunidade, foi recebida pelo Governador Plácido Castelo, no Palácio da Luz.

Na sequência, a comissão viajou para Brasília, onde receberam o direito às terras, por meio do Decreto Federal Nº 1.058, de 25 maio de 1962. A ocupação foi legitimada pela posse coletiva, como “propriedade comunitária”, para fins de dignidade habitacional.

O artista plástico, Chico da Silva, tem uma escola localizada no “grande Pirambu”, habitado por mais de 200 mil pessoas, com associações e redes de apoio. O Centro de Pesquisa e Documentação do Pirambu, criado em 1992, pelas associações do bairro, um lugar de memória popular, estabelecido e engendrado para a defesa dessa história de reivindicações e lutas. Foi instituído como espaço de lembranças e fontes históricas da comunidade, a fim de estimular nas pessoas, escolas, a procura por fotos, documentos, depoimentos sobre a Marcha de 1962.

CAPÍTULO 11

CONFLITOS DE TERRA NO SERTÃO DOS INHAMUNS (1960-1970)

Em 28 de abril de 1964, o paraibano Antônio Batista Fragoso, conhecido como Dom Fragoso, foi escolhido pelo Papa Paulo VI para ser o primeiro Bispo e comandar a recém-criada Diocese de Crateús, no Estado do Ceará, responsável pelas paróquias dos municípios de Tauá, Independência, Flores, Cococi, Parambu, Novo Oriente, Ipueiras, Ipaporanga, Poranga, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Novas Russas, Crateús e Quiterianópolis.

Com a sua chegada ao Ceará, deu início a um intenso processo educativo de mobilização comunitária e evangelização social em prol dos direitos humanos, liderada pelo bispo com a participação de pessoas da região, de várias partes do país e do mundo, entre 1964 a 1998.

Esse projeto foi realizado e fundamentado em uma educação popular participativa, emancipadora nas áreas da democracia, no comunitarismo, com forte impacto regional e nacional no enfrentamento à ditadura e sua ação autoritária por duas décadas.

As atividades da Diocese, pelos Sertões dos Inhamuns, foram influenciadas por meio de práticas sociais interativas e constitutivas das diretrizes do chamado “Pacto das Catacumbas”, tecido no Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965.

O Concílio foi responsável por aproximar a Igreja Católica dos problemas econômicos e sociais como, guerras, revoluções e movimentos sociais do século XX e fomentado pela Segunda Conferência Geral do Episcopado, em Medellín, no combate à miséria generalizada pelo planeta.

Temas como a fé, educação e política, foram debatidas contra os valores do capitalismo, da colonização e dos genocídios, pelo diagnóstico de Dom Frágoso e seu grupo na Igreja Católica, geradores da Teologia da Libertação.

O manifesto do “Pacto das Catacumbas”, assinado em dezembro de 1965, foi elaborado por 40 sacerdotes, constando 13 diretrizes sobre as preocupações sociais em benefício dos desfavorecidos e contrárias a hierarquias e truculências institucionais.

O Pacto das Catacumbas apoiava o conhecimento colegiado, o desapego à vaidade de cargos e títulos, o uso de roupas comuns e o diálogo com os mais pobres, conhecendo suas necessidades. Dom Frágoso defendia que o povo é dono do seu destino e que a Igreja deveria auxiliar nesse protagonismo, o que levou o religioso à sua participação no Vaticano II.

Dom Frágoso praticou na Diocese seus ideais de uma igreja pobre e servidora ao morar em casa comum, abandonando o Palácio do Bispo até então residência oficial do pároco e deixou a batina, exemplo seguido por outros padres locais. Decidiu não cobrar por sacramentos e auxiliava na manutenção de diversas paróquias. Transformou as terras da Paróquia, que geravam renda para a Instituição, em obras produtivas, principalmente, com ajuda dos camponeses que trabalhavam de modo cooperativo, repartindo lucros.

O Bispo de Crateús, pelo fruto do seu ofício e exemplo, disseminou o trabalho comunitário, educativo nas cidades, em povoados distantes da sede da Diocese. Articulou o diálogo com padres, freiras, leigos e pessoas de diversas formações e localidades, em uma interlocução permanente com as comunidades, incentivando a própria autonomia e auto-organização.

A influência de Paulo Freire, do Movimento de Educação

Básica, possibilitou o aprendizado, por meio de cursos e atividades educativas durante seu bispado.

Dom Fragozo teve contato com operários quando esteve na Paraíba, na Juventude Operária Católica e ajudou a Igreja local na criação da Universidade Católica. Desde a sua ordenação como padre, combinou ações educativas e políticas de apoio às classes menos favorecidas pela emancipação humana. Posteriormente, como Bispo, auxiliou Dom Delgado no Maranhão, ao continuar sua missão pelos trabalhadores e pela educação Freiriana. Ele adotou o lema “Ver, julgar e agir”, oriundo da Juventude Operária. Viajou para diversas comunidades, localizadas nos distritos mais pobres dos Sertões dos Inhamuns, lugares abandonados à própria sorte, em busca dessa mobilização evangelizadora pelos direitos sociais.

Uma de suas primeiras ações, foram as “Semanas de Catequese”, que consistia em reuniões fraternas sobre direitos dos camponeses, utilizando a palavra de Deus que não prega a opressão, nem a miséria. Era também um convite, para que ricos e pobres desfrutassem do banquete divino da vida terrena a serviço da caridade, defendendo que não deveriam existir ricos e pobres, divisões de classes, muito menos pratos vazios e o acúmulo de poder e posses.

Equipes foram montadas para ouvir e compreender as dificuldades cotidianas e realizar leituras coletivas. Logo, aconteceu o letramento reflexivo e crítico, constatando que mais de sessenta por cento da população da Diocese era analfabeta. Dessa maneira, decidiu que em toda ação da Paróquia, a prioridade seria a educação através da fé e luta política. Iniciaram as “Pastorais da Terra” e as “Comunidades Eclesiais de Base”, congregando leigos, sacerdotes e freiras.

O movimento crescia com o envolvimento de assistentes sociais, psicólogos, economistas, enfermeiros e médicos que procuravam a Diocese para participar do projeto popular em

construção, trocando experiências que frutificaram em sindicatos e debates, formando grupos na defesa de direitos sociais associados à fé. Conheceram o Bispo quando palestrava fora da região, especialmente, quando relatava sobre os “Sertões de Crateús”, as suas carências e dilemas na transformação de pessoas que estavam acostumadas a viverem por si mesmas.

Diversas atividades foram desenvolvidas, como: círculos de cultura e leitura, mutirões, festividades, vigílias, hortas comunitárias de alimento e de medicamentos. Não existia um núcleo passivo em Crateús parado e isolado.

Os militantes estavam presentes em cada cidade, garantindo nas bases, sua autossustentação e um ponto a mais no rosário de mobilizações, em permanente ação cooperativa. Frágil possuía uma rede de contatos e atividades conectadas pela Diocese, dentro e fora do país, com a participação em associações pelos direitos humanos na América Latina.

A leitura era essencial nessa empreitada, sobretudo, o estudo da bíblia, as experiências sertanejas que expressavam os dilemas relacionados à falta de água, comida, remédios, a luta pela terra e a defesa da partilha.

Os livros eram lidos coletivamente, ofertavam cursos de alfabetização e novenas para conscientização. Ensinavam obras que tratavam sobre saberes medicinais e geográficos, feitos pelo povo ao longo das suas próprias vivências descritas oralmente e publicadas em cartilhas.

O jornal “O Roceiro”, foi lido em voz alta, no ápice da alfabetização, com cordéis, poesias e ações inspiradas na educação democrática. Os boletins que circulavam com base em cartas e depoimentos, como o jornalzinho “Retratos das Paróquias”, incorporado em 1984, para compor “O Roceiro”, até hoje o Jornal da Diocese.

Acreditavam no poder da leitura como alimento para a alma e para o corpo faminto, que não deveria ser privado na busca por melhorias, aprendendo a interpretar as palavras que ajudaria na luta contra os latifundiários e oligarcas locais que perseguiram sindicalizados.

A criação dos círculos de leitura para soldados do IV Batalhão de Engenharia e Construção de Crateús, gerou conflitos nas hierarquias e militares foram transferidos quando presenciaram a repressão do comando aos círculos alfabetizadores que defendiam. O doutor José Fernandes, médico militar que saiu expulso do quartel, apoiou Dom Fragoso nos atendimentos sociais, ajudando a implementar o “Ninho”, que funcionou na Diocese de Crateús e Fortaleza, projeto francês com a colaboração de freiras, desenvolvendo um trabalho de alfabetização, com cursos nas comunidades para pessoas da região e de outros lugares, além de fomentar equipes de saúde, higiene e medicina coletiva na Diocese.

Dom Fragoso foi um símbolo entre tantos homens e mulheres nessas transformações, não como herói, mas como um semeador da esperança no presente e para o futuro, germinando seus frutos.

O suíço Alfredo Kunz, o “Padre Alfredinho”, era filho de pais pobres migrantes pela Europa, no entreguerras, sobreviveu à cinco anos de prisão, em um campo de concentração com mais de quarenta mil mortos na Áustria, durante a Segunda Guerra Mundial. Ele deu apoio espiritual para os prisioneiros de diferentes nacionalidades, então, decidiu tornar-se padre ao fim da guerra. Escolheu usar somente roupas réplicas do uniforme do campo, em homenagem aos companheiros mortos, ao longo de toda a sua existência.

Em 1968, Alfredo Kunz veio ao Brasil a convite de Dom Fragoso, ciente do trabalho desenvolvido e das necessidades do povo da Diocese. Escolheu conviver com os pobres e

famintos, era comparado pela população sempre a um mendigo pelas roupas, por andar a pé, dormir no chão das Catedrais, sem posse alguma. Imensamente respeitado pelo povo em geral.

Padre Alfredinho, morou por três anos no local chamado a “zona”, espaço discriminado, mas chamado de santuário por ele. Depois, foi morar na Serra da Barra do Vento, na “Capela dos Direitos Humanos”, em Tauá. Jejuava em defesa dos mais pobres e das vítimas da ditadura. Criou a Irmandade do Servo Sofredor, ainda em funcionamento, ordem religiosa pregadora de uma vida sem luxos e que luta pelos mais humildes.

As ações humanitárias promovidas pela Diocese de Crateús, estavam na mira da ditadura, missas foram gravadas por agentes da repressão, a fim de colher provas ou simplesmente observar o que acontecia na localidade. Instauraram investigações e perseguições aos padres, freiras, docentes e estudantes da região. Houve opressão política com prisões, torturas e expulsões. Além de calúnias e difamações aos padres, nas rádios locais.

O auge da repressão política ocorreu com a prisão e expulsão do Padre italiano, José Pedandola, pela polícia e governo ditatorial, em 1971. Ele foi perseguido ao discursar contra as frentes de serviço de 1970, que cometiam violações dos direitos humanos aos sertanejos trabalhadores.

Dom Frágoso fechou a Igreja, na cidade de Tauá, durante meses, um protesto contra a cruel extradição, as calúnias e as violências que não cessavam. Alfredinho foi o responsável pela reabertura da Igreja, enfrentando um intenso clima de perseguição na cidade. A Diocese, apoiava agricultores, sindicatos, os pobres das periferias locais, na busca de um futuro no coletivo solidário. A Ditadura acirrou a perseguição, perpetrando medidas excludentes, individualistas, sobretudo, após decretado o AI-5.

Persistia o medo dos conflitos, da reforma agrária, a partir de 1971, foi instaurado mais temor e autoritarismo, com a prisão e tortura do Padre Geraldinho. Dom Fragoso não pôde ser citado nos meios de comunicação e desejavam isolá-lo na mídia nacional.

Em 1973, ocorreram prisões e instalação do Inquérito Policial Militar contra professores, religiosos, nos sindicatos e nas pastorais. As Cartas de Fragoso são divulgadas, uma forma de denunciar e afirmar que o consideram subversivo porque não aceitou a miséria do sistema.

As lutas continuaram, principalmente, as que envolviam o uso da terra e da água.

O açude da Várzea do Boi, foco de vários conflitos na década de 1970, em razão do acesso à água por causa das altas taxas exigidas aos sertanejos, pelos donos da terra.

No final de 1970, as paróquias e pastorais estavam consolidadas, em constante crescimento. A situação da pobreza e miséria foi agravada pelas secas em 1977, 1979, 1983 a 1985.

O lema o “próprio povo ajudando o povo”, estava consolidado por meio do trabalho evangelizador. Em 1983, Padre Alfredinho, diante da fome generalizada promovida pela ditadura, criou o projeto “porta aberta aos famintos”, que contava com duas mil residências colando cartazes, identificando essas casas para pessoas que necessitavam de água e comida.

A Diocese de Crateús, construiu no Sertão dos Inhamuns, de 1964 a 1998, uma verdadeira santidade, enquanto benfeitora dos desprovidos, propagando a crença na palavra de Deus. Diversas pessoas foram sensibilizadas pela experiência compartilhada contra as violações dos direitos humanos.

Os Lugares de Memória de Tauá, são: a Casa Paroquial, à Igreja da Matriz Nossa Senhora do Rosário, ao Acervo de Francisca Gonçalves e à Capela Padre Alfredinho de Direitos Humanos, na Serra Barra do Vento. E os Lugares de Memória de Crateús, são: a Cúria Diocesana, à Igreja Matriz Senhor do Bonfim, com os restos mortais de Dom Fragoso, ao Instituto Dom Fragoso, ao Colégio Estadual Regina Pacis, ao Memorial Padre Alfredinho na Igreja de São Francisco, ao Centro de Treinamento Dom Fragoso e ao Museu do Padre Geraldinho.

As políticas de memórias apresentaram o esplendor da Diocese de Crateús, sua conexão com diversas paróquias e comunidades, que frutificaram e ajudaram a derrubar a ditadura pelo país, em uma espécie de Páscoa da democracia.

CAPÍTULO 12

DITADURA CIVIL- MILITAR NO CEARÁ (1964-1985)

A ditadura civil-militar, teve início com o Golpe de 1964, mudando drasticamente, de forma desigual e violenta, o país. Os cinco governos militares, apoiados por grupos empresariais, realizaram uma modernização conservadora com teor liberalizante e individualista, sem proteção social ou participação política cidadã. A modernização elitista, expandiu a infraestrutura, o mercado de bens simbólicos, os meios de comunicação, o sistema de crédito e financiamento.

Foi a execução de um projeto autoritário contra o “Nacional-Trabalhismo”, contra as reformas de base, que João Goulart e os setores progressistas defendiam. O projeto da ditadura, estava ancorado na repressão política, negando direitos sociais, destruindo serviços públicos, aumento da miséria e da dívida externa sem precedente.

Marcada por graves violações dos direitos humanos, restringindo a liberdade, educação, o acesso à água e a moradia.

Por mais de 20 anos, o regime inchou cidades, marginalizou periferias, deixando municípios sem perspectiva, agravando a desigualdade social, regional, urbana, de gênero e raça. A ditadura aumentou também a concentração de renda e dos monopólios da violência simbólica.

Tempo conhecido pelo autoritarismo excessivo, o desrespeito foi promovido e alastrado em manicômios, presídios, delegacias, quartéis, vigilâncias nas ruas e repartições. As minorias foram desprezadas e torturadas pelos agentes do estado.

O apoio da sociedade ao Golpe, permitiu chamá-lo de civil-militar, e contou com o suporte de diversos setores, conquistando o respaldo internacional de jornais e mídias da época.

No Ceará, ocorreram passeatas em diferentes municípios, apoiando a derrocada de João Goulart. No dia 01 de abril de 1964, pessoas em defesa da democracia, professores, estudantes, militantes, sindicalistas, foram para o Clube dos Estudantes Universitários, que reunia estudantes da Universidade Federal do Ceará - UFC e de outras faculdades. O espaço foi cercado pelas tropas da polícia e do exército, dispersando os manifestantes que tentavam realizar passeatas no centro da cidade.

Os defensores da democracia e das reformas de base, escolheram, como um dos locais de resistência, o Clube, localizado na Avenida da Universidade, onde funciona atualmente, o Departamento de História da UFC.

Nos dias seguintes, as entidades estudantis e sindicais, sofreram intervenções, mandatos foram cassados, invadiram partidos, fecharam rádios. Na sequência, Inquéritos Policiais Militares foram instaurados, contra grupos e pessoas, com caráter punitivo para criar um clima de terror generalizado. A União Estadual dos Estudantes - UEE, foi eliminada e os estudantes processados.

No interior do estado, também ocorreram resistências e perseguições. A mais conhecida, foi a prisão dos "16 de Crateús", quando apoiadores de João Goulart, simpatizantes de Leonel Brizola, militares, sindicalistas, foram presos e transferidos de um quartel para outro em Fortaleza, sofrendo torturas psicológicas e físicas. Em 1967 foram soltos, após o cumprimento da pena em um quartel improvisado, na cidade de Crateús.

José Nobre Parente, ferroviário detido, acusado de subversão e sabotagem, foi uma das primeiras mortes, que representou o contexto de arbitrariedade e abusos da tomada de poder militarista contra a democracia. Morreu, aos 38 anos, como se tivesse cometido suicídio, enforcado pelo próprio cinto, em maio de 1966, em uma delegacia de Fortaleza.

Nessa atmosfera de opressões, com muitas intervenções e resistências, uma lenta reorganização de artistas e estudantes, começou nos anos de 1966 a 1968. A mobilização, concentrada em Fortaleza, pelo Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará – CESC e do Diretório Central dos Estudantes da UFC, foram protagonistas na ausência da UEE, estimulando a criação de novos grêmios estudantis. Viajaram pelo estado, promovendo exposições, peças, que associavam arte e política, em parceria com as caravanas da União Nacional dos Estudantes – UNE e do Grupo Universitário de Teatro Amador.

Em 1968, explodiu a chamada “Revolta das Saias”, esse movimento lutou contra o aumento de passagens, o autoritarismo nas escolas e por mais verbas para a universidade pública. O movimento ocorreu quando, as estudantes decidiram manifestar contra a diretora da escola. Ela foi acusada, naquele momento, de perseguir, por meio de medidas administrativas, as moças do colégio, especialmente a presidente do grêmio, e repassar informações a setores de informações da ditadura. A manifestação das alunas, do Colégio Justiniano de Serpa, conseguiu assustar as autoridades, soldados e setores conservadores. Reuniram centenas de mulheres nas ruas e depois, articularam novas “Passeatas das Saias”, com o CESC e o Liceu do Ceará. O caso ganhou repercussão nacional e internacional, motivando outros atos estudantis daquele ano.

No cenário estudantil, o maior impacto ocorreu com o assassinato de Edson Luís, cometido por policiais, em 28 de

março, no Restaurante Calabouço - Rio de Janeiro.

No Ceará, o acontecimento de intensa repercussão foi o quebra-quebra da United States Information Service – USIS, onde funcionava, oficialmente, uma entidade de fomento ao intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos, mas foi visto pelos estudantes como braço do imperialismo e sua intervenção. Essa confusão aconteceu no aniversário do golpe, em 1o de abril de 1968.

Em 1968, foi o ápice do movimento estudantil, quando realizaram protestos, na luta contra a “intervenção do imperialismo americano na educação brasileira”, no “abaixo a ditadura” e na “passeata dos 20 mil”, realizada na capital, no dia 27 de junho.

Amplos setores da sociedade participaram dessa marcha expressiva, que percorreu do Clube dos Estudantes Universitários à Praça do Ferreira, em uma época que Fortaleza tinha cerca de 600 mil habitantes.

No dia 24 de junho, decorreu outra passeata estudantil após o “Massacre da José Alencar”, quando estudantes foram baleados e jornalistas espancados por forças policiais. Na semana anterior, a “Semana Sangrenta”, no Rio de Janeiro, marcada pela forte repressão aos populares nas ruas e ao movimento estudantil, que protestavam contra a ditadura. Desse modo, no Rio de Janeiro, no dia 26 de junho, aconteceu a Passeata dos Cem Mil, como reação ao estado de repressões; em Fortaleza, ocorreu a Passeata dos Vinte Mil.

Porém, a queda do Congresso da UNE, em Ibiúna, interior paulista, em outubro de 1968, com a prisão de centenas de universitários de todo o Brasil, inclusive da delegação cearense, foi considerada como a última tentativa de embate dos estudantes contra a ditadura.

A partir disso, muitos militantes caíram na clandestinidade, vigiados diretamente e, apesar das organizações estudantis planejarem novas atividades, seus planos foram frustrados por causa do advento do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. O Ato permitia uma série de medidas terríveis contra os cidadãos brasileiros. O Decreto No 477, de 26 fevereiro de 1969, foi um instrumento legal utilizado para expulsar sumariamente pessoas das escolas e faculdades. Os estudantes não conseguiram se reerguer, demorando quase uma década para novas mobilizações. A sociedade civil virou refém do estado autoritário.

Sessenta e oito é o número entre mortos e desaparecidos pelas forças armadas da ditadura. Entre os desaparecidos, três cearenses: Jana Moroni Barroso, recrutada pelo PCdoB no movimento estudantil do Rio de Janeiro, onde morava desde criança, desaparecida aos 23 anos; Custódio Saraiva Neto, desapareceu aos 22 anos; Antônio Teodoro de Castro, que tinha 28 anos quando desapareceu. Bérqson Gurjão Farias, morto aos 25 anos, permaneceu desaparecido até 2009, ano em que um exame de DNA comprovou sua morte, a partir de restos mortais encontrados no Cemitério de Xambioá, no Araguaia.

O período definido pelas terríveis violações aos direitos humanos, Frei Tito de Alencar Lima foi figura fundamental para as reflexões sobre a dimensão do estado autoritário com a sociedade. Ele atuou na Juventude Católica, no Ceará e em Pernambuco, em prol dos mais pobres e por uma educação politizadora. Morou em São Paulo, quando foi cursar na Universidade de São Paulo, ajudando no apoio do congresso da UNE, em outubro de 1968, por causa dessa participação, foi acusado como cúmplice da Ação Libertadora Nacional, de Marighella, e preso em 1969. Ele e outros dominicanos encarcerados, foram submetidos a torturas, chamados de “terroristas” e “traidores” pelo Jornal O Globo. Por não ter respostas a dar aos seus algozes, as agonias só aumentaram

no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista e na Operação Bandeirantes/DOI-CODI. Ainda em cárcere, tentou suicídio, cortando os pulsos, no intuito de evitar novas torturas, tanto para ele quanto para os demais frades. No hospital, ele conseguiu escrever uma carta denunciando a tortura que sofreram. Esse documento vazou, ganhando conhecimento mundial e tornando um marco na defesa dos direitos humanos.

Em dezembro de 1970, Tito foi exilado na troca de 70 presos políticos por um embaixador sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária. Seus primeiros passos no exílio ocorreram no Chile. Depois, na Europa, o que remete a outros dramas de brasileiros exilados.

Em 10 de agosto de 1974, aos 28 anos, Tito foi encontrado enforcado em uma árvore próxima ao convento que o acolheu nos arredores de Lyon, na França.

A violência política, característica do regime, era espada frequente desse estado, legitimada por diversos interesses empresariais, colocando, metafórica e realisticamente, a lâmina e armas sobre a cabeça dos cidadãos brasileiros, por meio de torturas, prisões, censura à liberdade de expressão e a vigilância a práticas políticas, democráticas em jornais, repartições públicas, sindicatos, associações, escolas e universidades.

No Ceará, assim como no país, o clima era hostil, repleto de perseguição, coerções, censuras, torturas e ameaças, no decorrer dos anos 1970.

A intenção era combinar a repressão ativa com a vigilância alastrada em várias instituições e áreas da sociedade. A ditadura suspendeu a eleição direta para presidente, em 1964, e para governadores, prefeitos de capitais e cidades de médio porte.

CAPÍTULO 8

CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO

O massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, na Chapada do Araripe, ocorreu em 11 de maio 1937. No ano seguinte, atacaram os sertanejos que faziam parte da comunidade e em 1936, registraram as primeiras invasões ao local pelas forças policiais, destruindo as casas e expulsando os moradores.

A chacina realizada contra os sertanejos pobres dessas terras, levados a cabo pelos agentes da lei, que lutavam em defesa da ordem, militarizada, a serviço de oligarquias e ordenada pelos gestores do Município, Estado e União, naquele momento histórico da década de 1930.

O extermínio do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, foi legitimado por meio de campanhas difamatórias propagadas em jornais locais e na esteira de um projeto de sociedade que definia o local como perigoso, fruto de instintos primitivos e arcaicos, que deveriam ser erradicados no Estado Novo.

O Estado Novo, tratava-se de um projeto político, centralizador, que defendia os ideais progressistas com a consolidação de um modelo de lucro, bem como se autoproclamava combatente de fanatismos danosos a ordem pública.

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, desenvolveu-se enquanto um espaço de devoção religiosa e agrupamento comunitário de camponeses, liderados pelo beato paraibano, José Lourenço, filho de escravos que vieram para o Cariri em meio as romarias que aconteciam em torno da figura de Padre Cícero.

Em 1966, houve liberação das eleições para prefeitos de cidades menores, deputados estaduais, federais e senadores, sob a condição de permanecerem em constante atenção e cuidado, pois poderiam ser cassados.

Existiram resistências, especialmente culturais, em bares, festivais, na imprensa alternativa e nas ações dos movimentos.

No final da década de 1970, as resistências tornaram-se mais públicas e repercutiam no surgimento de algumas mobilizações, como o Movimento Feminino pela Anistia, em que mulheres lideravam diversas atividades em defesa dos presos políticos e pela reinstauração do estado democrático de direito. No seio do Movimento Feminino Pela Anistia, outros grupos conseguiram guarida e articulação.

A anistia foi concedida aos agentes do estado e seus dirigentes. Em 1979, surgiu a possibilidade de retorno para os exilados e a saída da prisão de muitos presos políticos. Quem foi julgado e condenado por tribunais militares, precisaram cumprir pena.

Fato que não ocorreu com quem atuou em nome do estado para matar e torturar.

No dia 25 de março de 1983, os restos mortais de Frei Tito chegaram da França, passando primeiramente por São Paulo, logo depois, enviado para Fortaleza, local do seu descanso final. Nas duas cidades fizeram homenagens como forma de ato político, simbolizando a religião, a defesa da vida, de solidariedade e contra a ditadura.

Durante esses eventos, as pessoas estavam com medo da repressão política e dos serviços de espionagem do estado, além de possíveis informantes, como atestado nos documentos acessíveis do Arquivo Público do Estado do Ceará e, de forma on-line, no site Memórias Reveladas do Ministério da Justiça.

A discussão historiográfica indica que a ditadura de 1964 não foi desfeita facilmente, mas de forma paulatina e ambígua. A sociedade teve muitas dificuldades para se livrar de suas amarras e dos seus interesses.

No Ceará, os locais utilizados para tortura, na época do regime militar, foram: a 10a RM, o 23o BC, o 10o Grupo de Obuses, a Delegacia do DOPS, o DOI-CODI, o IPPS, a sede da Polícia Federal, a Escola de Aprendizes de Marinheiros, o Presídio do 2o Distrito Policial da Delegacia de Segurança Pública, todos em Fortaleza, e a Casa dos Horrores, em Maranguape. Os espaços de resistências, foram: o CEU, desativado na ditadura e hoje o Departamento de História da UFC que tem, ao seu lado, até os nossos tempos, a chamada “quadra do CEU”; a Reitoria, o Restaurante Universitário, as Residências Universitárias, entre outros prédios da UFC dessa área; ou a Faculdade de Filosofia, na Luciano Carneiro, hoje o CH da UECE, no Bairro de Fátima; a antiga Escola de Enfermagem, na Praça José de Alencar, atualmente, o Prédio do IPHAN, onde ocorreu o massacre de 24 de junho de 1968. Ademais, os Colégios Liceu do Ceará e Justiniano Serpa. Em todos esses lugares, aconteceram tramas da ditadura contra estudantes, presos políticos e opositores.

Nesse sentido, existem diversos locais para ações pedagógicas da memória: o Arquivo Público do Estado do Ceará, o Memorial da Resistência, o Centro de Memória Frei Tito de Alencar Lima e o Museu Histórico do Ceará.

Nesses lugares, é possível compreender o projeto autoritário que a ditadura representou e no qual perpetrou, durante mais de duas décadas, graves violações dos direitos humanos. Em abril do mesmo ano foram caçados 19 deputados estaduais.

CAPÍTULO 13

CHACINA JAPUARA: CONFLITO DE TERRAS - CANINDÉ (1960-1970)

A “Chacina Japuaara”, ocorrida em 02 de janeiro de 1971, teve ampla repercussão nacional e foi marcada por uma série de eventos violentos, envolvendo forças policiais e camponeses.

Os conflitos aconteceram na fazenda Japuaara, distante cerca de 15 km da zona urbana do município de Canindé. Foram registradas, oficialmente, a morte de quatro homens e várias pessoas feridas, presas e torturadas.

A chacina foi resultado da ação de destruição do açude e das casas dos moradores que habitavam na propriedade. O fazendeiro da região, desejava a saída dos posseiros, negando os acordos anteriores feitos pelo antigo administrador. O novo proprietário queria usar a terra para expandir o rebanho, acabando com as plantações do sítio.

O dono anterior cultivava uma relação amistosa com as 38 famílias da localidade, lavorando com preços justos para o proveitoso uso da terra feitos por esses posseiros. Entretanto, isso foi interrompido devido a venda do imóvel. A compra estava destinada ao administrador do falecido, porém o gerente abandonou o negócio e Francisco Nogueira Barros, conhecido como Pio Nogueira, tornou-se o novo gerente.

O novo proprietário não queria uma fazenda produtiva, com posseiros amigáveis e bons trabalhadores, pois pretendia unificar as terras e usar o açude disponível para intensificar a criação de gado, tornando essa a principal atividade.

O gerente era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e

Agricultoras Familiares do Estado do Ceará – FETRAECE, desde 1969, e decidiu ajudar os camponeses na busca por indenização com devido amparo jurídico. A solicitação estava amparada na legislação da época que impedia a expulsão dos trabalhadores rurais.

O conflito sucedeu em uma conjuntura de disputa judicial e forte tensão cotidiana, por conta do choque de interesses e da insistência do fazendeiro em alcançar a sua vontade de qualquer maneira.

Foi nesse clima hostil que, na manhã do dia 02 de janeiro de 1971, capangas contratados pelo novo proprietário, depredaram as casas e o açude da fazenda Japuara, onde residiam as famílias dos posseiros. O número estimado de pessoas mobilizadas na empreitada de destruição, foi entre cem a duzentas. Durante o embate, um dos capangas morreu ao cair do teto da casa de Pio Nogueira, após um tiro de espingarda. Na sequência, o dono da residência disparou para o alto, retirando a turba invasora.

À tarde do mesmo dia, explodiu a escalada da violência em um novo episódio de tensão: o subdelegado da região e seis guardas prenderam Francisco Nogueira Barros, sem ordem judicial e por pressão do dono do sítio.

Uma multidão de camponeses tentaram evitar a prisão, pois não sabiam o destino do líder, caso ele se entregasse. Em decorrência da resistência um novo impasse aconteceu após agressões verbais, explodindo o conflito físico com carga de violência.

De um lado, foices, e do outro, armas de fogo, resultando na morte do subdelegado, de um soldado e de um camponês.

O primeiro massacre ocorrido naquele dia, deflagrou como

consequência, o início de um ciclo de violações dos direitos humanos, a partir da fuga desesperada de Pio Nogueira e mais cinco camponeses. Em resposta, um enorme cerco policial foi montado.

Os trabalhadores rurais e seus familiares, passaram a ser alvo de prisões e violações dos direitos humanos, instalando um clima de medo.

Por quatro dias, Pio Nogueira e os cinco camponeses se esconderam nas capoeiras e pedras do sertão. Entre eles, Francisco Blaudes, filho de Pio que, em 2013, publicou um livro sobre os fatos vivenciados. Todos permaneceram no mato, sabendo que estavam ameaçados de morte ou linchamento e escaparam com a ajuda de pessoas mais distantes da fazenda, que conheciam os caminhos de difícil alcance do contingente policial.

Foram resgatados pelo advogado da FETRAECE, Lindolfo Cordeiro, que conseguiu a ajuda de uma equipe de televisão e transmitiram a prisão do grupo de camponeses, na região mais afastada de Japura.

Essa “rendição”, foi realizada pelo Coronel Geral da Polícia Militar do Ceará, que, naquela ocasião, usou uma estrada “alternativa” para chegar em Canindé, bem como para levar os prisioneiros até Fortaleza, garantindo que os camponeses não sofreriam novas retaliações.

O caso ganhou ampla repercussão nacional, aparecendo como inspiração nas lutas em defesa dos direitos humanos, contra relações de exploração. Foi registrada em Japura, a primeira desapropriação de fazenda para camponeses do Ceará e a primeira por “motivo de tensão social” no país, feita pelo Governo Federal.

CAPÍTULO 14

FAVELA JOSÉ BASTOS: OCUPAÇÃO E LUTA (1978)

Em uma das principais avenidas da capital cearense, ocorreu o episódio histórico da “Favela José Bastos”, local que interligava as zonas mais distantes até os bairros de classe média, próximos ao centro comercial e político de Fortaleza. O grupo, com aproximadamente cinco mil pessoas, ocuparam uma área estratégica contígua a zonas urbanas em desenvolvimento, com equipamentos de saúde e prédios comerciais.

A ocupação iniciada em setembro de 1978 durou até abril de 1979, quando foi encerrada após ameaças, período em que os ocupantes sofreram perseguições e foram alvos de brutalidades.

A expulsão definitiva aconteceu em razão do cumprimento judicial para reintegração de posse, cumprida pela ação policial, no dia 26 de abril de 1979, com a remoção das pessoas para o antigo matadouro da cidade, na região metropolitana do município de Caucaia.

Apelidados pela imprensa como “favelados”, viveram intensos momentos de solidariedade e luta coletiva pela desapropriação, passando por episódios de terror e sendo ameaçados por forças policiais.

O espaço foi ocupado por desempregados que antes pagavam aluguel nas periferias da capital, e migrantes de outros municípios que rapidamente começaram a construir casebres.

A invasão ocorreu no terreno situado próximo à curva da avenida, que ligava aos bairros nobres, no km 8, vizinho à estação de trem, zona-alvo da especulação imobiliária. A região estava valorizada pela proximidade com o Campus das

Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Ceará, com hospitais, faculdades, entre o bairro da Parangaba e os bairros, Benfica, Centro e a Aldeota.

A área ocupada pertencia, no início dos anos 1970, a uma localidade com vazios urbanos, terrenos cercados, terras ainda com animais e falta de esgoto. Não era uma zona periférica, possuindo essa dupla característica de ser objeto da expansão urbana ainda não consolidada, facilidade de transportes e a presença de equipamentos públicos e privados.

inesperadamente, vencida.

Francisco Gonçalves de Carvalho, um dos trabalhadores que ocupou o terreno, ficou parálítico ao tomar um tiro, em uma ação repressiva da polícia provocada pelo suposto mediador das proprietárias. A situação fugiu do controle à medida que os policiais foram acionados para retirar alguns moradores e espancaram um líder da ocupação; ao questionarem as autoridades, a polícia respondeu de forma violenta, com tiros a esmo, ocorrendo o fatídico disparo.

O episódio foi o ápice da tensão. Os jornais publicaram que o adiamento não significava a permanência dos moradores, mas uma medida paliativa, viabilizando a expulsão gradual para não gerar mais comoção popular.

A repercussão da luta comunitária e sua capacidade de resistência, proporcionou um clima favorável, com apoio de pessoas das comunidades universitárias, de pastorais, do campo do direito, de padres, sindicalistas e jornalistas da imprensa alternativa. Francisco Gonçalves de Carvalho tornou-se símbolo da defesa dos direitos humanos dos moradores e foi amparado pela ala progressista da Igreja Católica.

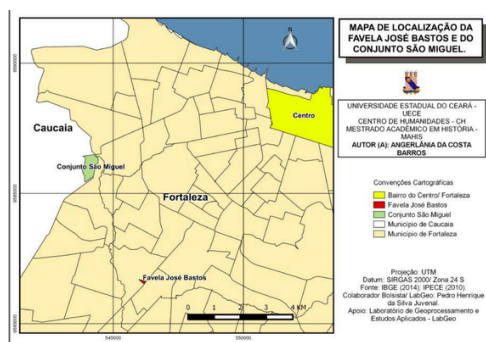
O ano de 1979 começou com novos episódios de agressões em volta da ocupação; um muro foi construído pelos proprietários para evitar novas invasões, porém o muro desabou devido as fortes chuvas. Esse caso demonstra as violações dos direitos sofridas pela comunidade.

De fevereiro a março, uma nova prorrogação da decisão judicial foi obtida para que a retirada acontecesse tranquilamente, buscando uma solução menos violenta. A tentativa de desocupação foi iniciada no Governo Waldemar de Alcântara, transferindo solução conciliatória para o próximo governador, Virgílio Távora.

Nas primeiras negociações, os ocupantes não aceitaram a proposta de deslocamento para o Conjunto Palmeiras. Eles resistiram, mas após nova prorrogação tornar-se inviável, desocuparam o local e decidiram ir para o Conjunto São Miguel, em Caucaia. A adaptação contou com a ajuda de cem policiais.

Ao longo do tempo, a comunidade do São Miguel foi organizada por meio de benfeitorias coletivas e apoio assistencialista da senhora Luíza Távora, ajudando com cestas básicas, viabilizando acesso à água na tentativa de amenizar os conflitos sociais.

Pode-se observar no mapa as distâncias entre as localidades.



Mapa de localização da distância entre a favela José Bastos e o Conjunto São Miguel - Fonte: dissertação de mestrado “Retirar, afastar e esconder: erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza”, de Angerlânia Barros.

Essa luta popular foi considerada um acontecimento de grande repercussão, em que “novos atores sociais entraram em cena” na batalha por direitos humanos contra a crescente especulação imobiliária, e diante de uma grave crise tanto social como econômica, oriundas de uma ditadura que perdurou por 21 anos. Receberam o suporte dos movimentos sociais, políticos, da Igreja progressista e setores estudantis.

Um clima de terror envolveu Japuará com a morte de Lindolfo Cordeiro, o advogado dos camponeses em Canindé, figura central da luta camponesa no Estado. Ele foi assassinado por ordem de outros fazendeiros, em Tianguá. O caso Japuará seguiu repercutindo também pelos processos judiciais abertos contra os moradores e que duraram até 1984.

O fato ecoou como exemplo de violência no campo durante a ditadura e do uso da força policial de forma truculenta, dentro das relações de exploração agrária.

O caso foi mencionado no livro, Brasil Nunca Mais, de 1985, publicado por Dom Evaristo Arns, abordando as diversas violações aos direitos humanos e no tópico “crianças torturadas”, citando a tortura sofrida pelo filho de Pio Nogueira, aos nove anos de idade, quando o menino foi chicoteado. Uma violação brutal, realizada no mesmo instante em que seu pai e seus companheiros eram perseguidos.

A desapropriação da terra foi realizada em favor de Pio Nogueira e seus familiares, bem como para outros camponeses que sofreram fortes represálias psicológicas e físicas quando perseguidos. Eles conseguiram manter as suas terras na região e administrar suas vidas até os dias atuais. Francisco Nogueira Barros, faleceu em 1998.

Japuará tornou-se símbolo de luta, esperança e exemplo de resistência para o movimento organizado no campo de Canindé, considerado um rito de passagem para o Sindicato Rural, criado em 1968.

A “Guerra de Japuará” retratou a exploração agrária, a resistência e horizontes em defesa dos direitos humanos necessários para a sociedade.

A Favela José Bastos representou uma das violações aos direitos básicos da ditadura, a moradia. O regime autoritário reprodutor da modernização conservadora, dos fluxos migratórios, da falta de salários dignos e empregos. A violação dos direitos humanos é conectada com a ditadura por ter situações de miséria, concentração de renda, por reprimir os movimentos que buscavam melhorias e justiça. A política de memória reforça e almeja a visibilidade desses atos de resistência.

Referências Bibliográficas

CAPÍTULO 1

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Seara Indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2002.

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. *Política, mediação e conflitos: a construção social de lideranças indígenas Pitaguary* (CE). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NASCIMENTO, José Benício Silva Nascimento. *Grafismo indígena: pinturas corporais como prática no ensino de geografia na Escola Indígena Itá-Ara, Pacatuba-CE*. Monografia (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

PINHEIRO, Joceny de Deus. *Arte de contar, exercício de rememorar: história, memória e narrativa dos índios pitaguary*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2002.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. 2003. Tese - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, 2003.

Referências Bibliográficas

Gomes, Alexandre Oliveira. *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção.*/ Alexandre Oliveira Gomes e João Paulo Vieira Neto.- Fortaleza: SECULT,2009.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.* São Paulo: EDUSP : Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914).* Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001. 280f.

TOFOLI, Ana Lúcia Farah de. *As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, G. A. *O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza.* Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
<https://www.fepoince.org/> último acesso 13 de outubro de 2022.
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pytuary> último acesso 13 de outubro de 2022

Referências Bibliográficas

<https://mais.opovo.com.br/reportagens/exclusivas/2020/02/15/mitico-povo-indigena-das-serras-cearenses-ressurge-apos-cinco-geracoes-vivendo-oculto.html> último acesso 13 de outubro de 2022. <http://adelco.org.br/centro-documentacao/> último acesso 13 de outubro de 2022.

CAPÍTULO 3

<https://www.sintafce.org.br/barbara-de-alencar-de-obra-imorredoura-desencanta-do-tumulo-para-a-vida-em-itagua/>. Último acesso em: 30 de dezembro de 2022. ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. Ceará - 1824: a confederação das províncias unidas do Equador contra o império do Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. COSTA, João Paulo Peixoto. Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). Doutorado, História, Universidade de Campinas, Campinas, 2016. FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015. FELIX, Keile Socorro Leite. Espíritos inflamados: a construção do estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Dissertação UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010. MELLO, Evaldo Cabral de. A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824, 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2014. MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. Padre Mororó: A Revolução Impresa. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1o Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. SILVA, Ítala Byanca Moraes da. Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. 2006. SOUZA, Simone (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989. PORFÍRIO, Francisco Weber Pinto. (Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais “O espectador brasileiro” (RJ) e o “Diário do governo do Ceará” em 1824. Dissertação - UFC, História, Fortaleza (CE), 2019. VALENTE, Paulo Giovanni Valente. Memórias da política, políticas da memória: o centenário da Confederação do Equador no Ceará (1924). Dissertação- UFC, História, Fortaleza, 2014. APEC. A Confederação do Equador no Ceará – manuscritos. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2004. vol. I.

Referências Bibliográficas

A Confederação do Equador no Ceará – manuscritos. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2005. vol. II . Programa De Lá pra Cá. Episódio Bárbara de Alencar. TV Brasil, 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q0Ai1yLHeQQ&t=2s>. Último acesso em 30 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO 4

ARAÚJO, F. Sadoc de. *Padre Ibiapina: peregrino da caridade*. São Paulo: Paulinas, 1996. Coleção testemunhas. Série Heróis, 1996.

BEZERRA, Osicleide de Lima. *Trabalho, pobreza e caridade: as ações do Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste*. Natal, 2010. 196f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COMBLIN, José (Org.). *Instruções espirituais do Padre Ibiapina*. São Paulo: Edições Paulinas, Coleção “Oração dos Pobres”, 1984.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré; Fortaleza: SECULT, 2000.

HOONAERT, Eduardo. *Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina das casas de caridade do Padre Ibiapina - sertão cearense (1855-1883)*. Fortaleza, 2003. 240 fl. Tese (Doutorado) em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará.

MARIZ, Celso. *Ibiapina: um apóstolo do Nordeste*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 3a ed., 1997.

NOGUEIRA, Paulino. *O Padre Ibiapina: notas sobre a sua vida, extrahidas do archivo da Casa de Caridade de Santa Fé e dadas a lume pelo autor*. Parahyba do Norte: Typ. Pernambucana, 1915. In: *Revista do Instituto do Ceará - ANNO XXIX - 1915*, p. 90 - 142.

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro, *Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (1860-1883)*. 2003. 114f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2003.

Referências Bibliográficas

CAPÍTULO 5

ALENCAR, Maria Emília da Silva. *À sombra das palavras: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008.

ANDRADE, João Mendes de. *A Oligarquia Acciolina: 1877-1930*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife:1986.

BRIGIDO, João. *Ceará. Homens e Factos*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1919.

FARIAS, Airton de. *Historia do Ceará*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

CORREIA, André Brayan Lima. *“O Ceará é uma Terra Condenada mais pela Tirania dos Governos do que pela Inclemência da Natureza”: Aspectos Biopolíticos nas obras de Rodolfo Teófilo (1901-1922)*. Dissertação (Mestrado em Historia) - Universidade Estadual do Ceará, 2016.

MORAIS, Nágila Maia de. *“Todo cais é uma saudade de pedra”: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904)* Dissertação (MAHIS) UECE, Fortaleza-CE, 2009.

LIMA, Marcelo Camurça. *Marretas, Molambudos e rabelistas. A Revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

NETO, Lira. *O poder e a peste. A vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1999.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PORTO, Eymard. *Babaquara, Chefetes e Cabroeira. Fortaleza no Início do Século XX*. Fortaleza: Coleção Teses Cearenses, 1993.

SILVA, Antonio Zilmar da. *Homens, letras, risos e vozes em trincheiras: matrizes narrativas dos movimentos armados no Ceará (1912-1914)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

SILVA, Maria Virgínia Tavares da. *Crise na Política dos Governadores: o Declínio de Accioly no Ceará (1912-1914)*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo,1982.

SOARES, Martim. *O Babaquara: Subsídios para a História da Oligarchia no Ceará*. Rio de Janeiro: SPC, 1912.

SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: Maloqueiros versus Cafinfin*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998.

Referências Bibliográficas

THEÓPHILO, Rodolpho. Libertação do Ceará: Queda da Oligarquia Acioly. Edição Fac-Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VALE NETO, Isac Ferreira do. Batalhas da memória: A escrita militante de Rodolfo Teófilo. Dissertação – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2006.

CAPÍTULO 6

DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joazeiro. Tradução de Maria Yedda Linhares. 3a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

LIMA, Marcelo Camurça. Marretas, Molambudos e rabelistas. A Revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Papel Passado: cartas entre os devotos e o Padre Cicero. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

SILVA, Antônio Zilmar da. Homens, letras, risos e vozes em trincheiras: matrizes narrativas dos movimentos armados no Ceará (1912-1914). 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

CAPÍTULO 7

ALVES, Valdecy da Costa. (org) Campos de Concentração da Seca de 1932 no Ceará: Múltiplas Visões e Reverberações Contemporâneas. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2022.

ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de. A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

GIOVANAZZI, João Paulo. Migalhas do Sertão. Trento: Tipolitografia “LA RECLAME”, 1998.

RAMOS, F. R. L.. Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades. 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991

Referências Bibliográficas

MARTINS, R. A. P. *Das santas almas da barragem à caminhada da seca: Projetos de patrimonialização da memória no sertão central cearense (1982-2008)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Edições IFCE, Coleção Outras Histórias, v. 71, 2017.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: SECULT, 2000.

RIOS, Kenia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932* Fortaleza, CE: SECULT, 2001.

SILVA, Karoline Queiroz e. *Viva as almas da barragem!: a construção da caminhada da seca em Senador Pompeu – CE (1982-1998)*. Dissertação (Mestrado) - UFC, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2017.

THEÓFILO, Rodolfo. *A Seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

<http://cddhac.blogspot.com/> último acesso dia 21 de nov. 2022.

<https://valdecyvalves.blogspot.com/> último acesso dia 21 de nov. 2022.

CAPÍTULO 8

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros. *Memória e história: o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na narrativa histórica*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ALVES, Tarcísio Marcos. *A Santa Cruz do Deserto: a comunidade igualitária do Caldeirão: 1920-1937*. Recife, Néctar, 2008.

BARROS, José Góes de Campo. *A Ordem dos Penitentes: exposição*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

CARIRY, Rosenberg. *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*. Fortaleza: Cariri Filmes, 1985. Longa- metragem. Documentário. (78 min).

COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS: *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

RAMOS, F. R. L.. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades*. 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991

SILVA, J. J. *Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

Referências Bibliográficas

SILVA, Lemuel Rodrigues da. O discurso religioso no processo migratório para o caldeirão do beato José Lourenço. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

CAPÍTULO 9

ALENCAR, José de. A alma do Lázaro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

ASSUNÇÃO, Victor Fialho de. Leprosários no Ceará: patrimônio difícil e ensino de história. Dissertação de Mestrado. Prof-História. Crato, 2021.

FRAGA, Anselmo. Memórias de um Leproso. Fortaleza: Tipografia Renascença de A. Prado, 1925.

FEITOSA, Adília Maria Machado. A institucionalização da hanseníase no Ceará: do leprosário de Canafístula ao Centro de Convivência Antônio Diogo. Fortaleza: [s.n.], 2008.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. "Lazaropolis": A lepra entre a piedade e o medo (Ceará, 1918-1935). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 2011.

JUCÁ, Gisafran; LIMA, Zilda Maria. História e Memória Social da Hanseníase no Ceará. Fortaleza: EDUECE, 2016.

LIMA, Zilda Maria Meneses. Uma enfermidade à flor da pele: a lepra em Fortaleza (1920-1937). Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

LIMA, Zilda Maria Meneses. Grande Polvo de Mil Tentáculos: a lepra em Fortaleza (1920-1942) Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2007.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. "O Médico Dos Lázaros": Antônio Justa e o Combate à Lepra no Ceará (1928-1941.) Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2016) - Universidade Estadual do Ceará, , 2016.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. Médicos, políticos e católicos: tensões e disputas em torno do combate à lepra no Ceará (1918-1951) Tese / Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro. – 2021.

<https://www.facebook.com/antoniojustapresente> último acesso em novembro de 2022.

Referências Bibliográficas

CAPÍTULO 10

BARREIRA, Irllys. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

BASTOS, José Romário Rodrigues. *Combates por justiça e direitos: história da luta pela terra no Ceará (1950-1964)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

DAMASCENO Gerardo et alii. *Historiando o Pirambu*. Fortaleza: Seria Artes, 1995.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. *A Igreja Católica No Pirambu: As Relações De Poder Presentes No Discurso Da Teologia Da Libertação E Da Renovação Carismática Católica (1968-1986)*. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, 2014) - Universidade Estadual do Ceará, , 2014.

SANTIAGO, Pádua. *A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930)*. In: *Trajetos: revista de história da UFC*.

Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002. - vol. 1, n. 2.

SILVA, José Borzacchiello da. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. - Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

TABOSA, José Maria. *Vivências, lutas e memórias: história de vida e luta comunitária em Fortaleza*. In: *CEARAH Periferia. Vivências, lutas e memórias: história de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza*. Coord., Guillaume Cabanes. Introd. José Borzacchiello da Silva. *Análise de Elza Franco Braga*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

<https://pirambupensante.blogspot.com/> último acesso em dezembro de 2022.

CAPÍTULO 11

ARAÚJO, Taynara Mirelle do Nascimento de. *Ninho Cearense: a ação pastoral nas zonas de prostituição durante a ditadura civil militar (Fortaleza, 1960 – 1980)* Dissertação, Centro de Humanidades, História, UFC, Fortaleza, 2021.

Alfredinho na Fileira dos Excluídos. Instituto dos Filhos da Caridade Irmandade do Servo Sofredor. Rede Rua de Comunicação. Brasil. 48min. Disponível:

Referências Bibliográficas

<https://www.youtube.com/watch?v=XsT9ipaDWFw&t=616s>

Dom Fragoso. Francis Vale. Brasil. 71 min. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bZjMbxNRfDw>

CHAVES, Luciano Gutembergue Bonfim. *Entre o evangelho e a revolução: ações educativas realizadas na cidade de Crateús-CE, no período de 1964 a 1971, sob a orientação de Dom Antonio Batista Fragoso*. Dissertação, Faculdade de Educação, Pós-graduação em Educação Brasileira, UFC, Fortaleza, 2008.

FRAGOSO, Dom Antônio Batista et alli. *Igreja de Crateús (1964-1998) – Uma experiência popular e libertadora*. São Paulo, Loyola: 2005.

FRAGOSO, Antonio Batista. *O rosto de uma Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982.

LIMA, Pe. Geraldo Oliveira. *Sertões de Crateús*. Sobral: Global Gráfica, 2002.

MARTINS, Aurineide Carvalho & SALES, Maria Ivane. *Resgate Histórico: de Piranhas à Crateús*. Fortaleza: Edição das Autoras, 1995.

PEREIRA, A. M. G. (Org.); VALE, S. (Org.) ; VIEIRA, S. (Org.) ; ALMENAR, P. (Org.) ; CREMASCHI, M. (Org.); RAVENA, M. (Org.) ; BASTOS, J. R. (Org.) . *Dom Fragoso & Padre Alfredinho: entre nós*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020.

CAPÍTULO 12

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv> . Acesso em: 24 de janeiro de 2023. <http://www.aparecidospoliticos.com.br/2020/03/cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/> . Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CASTRO, Wagner José Silva de. *No tom da canção cearense: do rádio e TV, dos larese dos bares na era dos festivais (1963-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2007.

COELHO, Danilo. Vieira. *O Sertão e a Ditadura: Histórias e Memórias sobre o Golpe de 1964 em Quixadá-Ce*. Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2018.

CONCEIÇÃO, Flávio da. *As Práticas Políticas do “Movimento dos Sargentos” na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)*. Dissertação História - Universidade Estadual do Ceará, 2015.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Jucelio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015.
- CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós-graduação em História. Florianópolis, 2009.
- DUARTE-PLON, Leneide e MEIRELES, Clarisse. *Um homem torturado. Nos passos de Frei Tito de Alencar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ESCURIDÃO NA TERRA DA LUZ. Direção: Popy Ribeiro. Documentário. 96'. Ceara. 2022.
- FARIAS, Airton de. *Pavilhão Sete. Presos Políticos da Ditadura Civil – Militar*. Fortaleza, Expressão Gráfica Editora, 2019.
- FARIAS, Airton de. *Para além das armas: militantes de esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-1972)*. Fortaleza: INESP, 2020.
- GOMES, Athaysi Colaço. *A Atuação das Mulheres no Movimento Estudantil Secundarista Fortalezaense na Luta Contra a Ditadura Militar (1964-1968)*. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Estadual do Ceará, 2019.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2006.
- LOPES, Regis e KUNZ, Martine. *Frei Tito: Em nome da memória*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará; 2005.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta: Ritos políticos do movimento estudantil universitário [Fortaleza, 1962 – 1969]*. Fortaleza, EDUFC, 2008.
- MELO, Francisco Egberto de. *A cultura cívica na educação cearense (1963-1973): na tapeçaria da história, entre o “Livro da Professora” e os festejos à pátria e ao progresso*. Dissertação em História. - Universidade Federal do Ceará. 2006.
- MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas: a imprensa e os cearenses desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, Papito de Vozes silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PORTO, Márcio de Souza. Modernidade e Catolicismo: o episcopado de Dom José Medeiros Delgado no Ceará (1963-1973). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2014.

PORTUGAL, Niedja. Estudantes em movimento. (Fortaleza, 1969-1979). Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

RAMALHO, Bráulio. As Lutas dos Estudantes Cearenses. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Fortaleza: UFC, 1992.

RIBEIRO, Francisco Moreira. O PCB no Ceará. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

SAMPAIO FILHO, José Ailton. “Eu Vou À Luta Com Essa Juventude”: o Movimento Estudantil Secundarista em Fortaleza e a Comissão Pró-Cesc em Fins da Década de 1970”. Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2020.

SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo. (Orgs). A Ditadura Civil-Militar em Sobral-CE: aliança, “subversão” e repressão. Sobral: Sertão Cult, 2017.

SOUZA, André Pinheiro de. Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980) Dissertação de Mestrado – Mestrado Acadêmico em História. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOUSA, Ingrid Silva de. “Lembrar é Resistir”: Memorial da Resistência em Fortaleza e as Lutas pela Memória sobre a Ditadura Militar (2012-2013). Trabalho de Conclusão de Curso em História. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2017.

VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias do Silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza, EDUFC, 1998.

Referências Bibliográficas

CAPÍTULO 13

ALBUQUERQUE, Eline Ehrich. *Francisco Lindolfo Cordeiro na luta em defesa dos trabalhadores rurais do sertão cearense (1970-1978)*. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História-CCH) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992

BARROS, Francisco Blaudes Sousa. *Japua: um relato das entranhas do conflito*.

Francisco Blaudes de Sousa Barros/ Marta Cioccarri (org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. (Coleção Camponeses e o regime militar, v. 2).

GOMES, Francisco Maurigélbio Estevão; MELO, Francisco Dênis. *Conflito da Fazenda Japua: Novos Olhares, Memórias Revisitadas*. Revista Homem, Espaço E Tempo, 7(2). Recuperado de [//rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/145](http://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/145)

GOMES, Francisco. *Maurigélbio Estevão, Japua / 1971: memórias do conflito* Monografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú. Centro de Ciências Humanas. Faculdade de História. Sobral: Edição do autor, 2006.

MENDES, Brenda Timbó. *O conflito da fazenda Japua em Canindé-CE: repressão política, resistência camponesa e luta pela terra (1968 – 1984)* 2022. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História-CH) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CAPÍTULO 14

AZEVEDO, Kátia. *Mutirão: Jornal Alternativo do Ceará (1977/1982)*.

Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

BARROS, Angerlânia C. *Retirar, afastar e esconder: erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARREIRA, Irllys. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992,.

BRAGA, Elza Maria Franco. *Os labirintos da habitação popular: conjunturas, programas e atores*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

Referências Bibliográficas

BASTOS, José Romário Rodrigues. *Combates por justiça e direitos: história da luta pela terra no Ceará (1950-1964)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *O eu e o outro: a constituição da identidade política nos movimentos sociais urbanos*. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 1989.

MOUTA, Limária A. *Conjunto Esperança: estética, consumo e ascensão social em Fortaleza (1980-2010)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

OLÍMPIO, Marise Magalhães. *A Sétima cidade: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, José Borzacchiello da. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

VIANA, Larissa de Alcântara. *Da conquista à resistência: Copa do Mundo, moradia, remoções e movimentos sociais em Fortaleza-CE*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

